

— VIDA ASSOCIATIVA —

Com responsável e salutar debate...



● **6 de Março**

**Conselho Nacional
aprova o seu
Relatório de Actividades
de 1992
e o Plano de Actividades
e o Orçamento
da Direcção Central
para 1993**

● **27 de Março**

**Assembleia Geral Nacional
Ordinária aprova o Relatório
de Actividades do Conselho
Nacional de 1992, o Relatório
e Contas da Direcção Central
e o respectivo Parecer do
Conselho Fiscal Central de
1992 e a actualização de
quotas para 1994**



Ligação ADFA — Instituição Militar



- **Direcção Central e responsáveis de Serviços da Sede visitam o Regimento de Comandos, na Amadora**



**Em preparação as comemorações
dos 19.ºs aniversários do 25 de Abril e do 14 de Maio/ADFA**



ASSINATURA

Informam-se os nossos assinantes que, como é normal no início de cada ano, foi alterado o preço de assinatura do nosso jornal, passando este a ser de 1100\$00/ano (onze números), enquanto o preço de capa é fixado em 110\$00.

Agradece-se, pois, o respectivo pagamento, o qual pode ser feito pessoalmente na Sede ou nas Delegações, ou através de cheque ou vale de correio emitidos em nome da ADFA e dirigidos a:

ADFA-ELO/Serviço de contabilidade
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 LISBOA CODEX

Tabela de publicidade

Do mesmo modo, foi também alterada a tabela de publicidade no ELO, a qual passa a ser a seguinte:

1 página	80 000\$00
1/2 pág.	46 000\$00
1/4 pág.	26 000\$00
1/6 pág.	16 500\$00

Outros tamanhos poderão, eventualmente, ser considerados.

Contratos a longo prazo (mínimo 6 meses/ano), poderão ser negociados.

Todos os anúncios estão sujeitos a IVA à taxa de 16%.

Pequenos anúncios de sócios e de trabalhadores deverão ser entregues, para análise caso a caso, à Direcção do jornal, até ao dia 15 do mês em que se pretende a publicação.

Participando construímos o futuro

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola ADFA*
(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide
R. Artilharia Um, n.º 107
1200 LISBOA

☎ 65 35 93



Deficiência mental e família

Em organização da FE-NACERCI e com o apoio do Secretariado Nacional de Reabilitação, realizou-se em Lisboa, em 18 e 19 de Março p.p., um seminário europeu sobre «Deficiência mental e família», a que estiveram presentes, pela



ADFA, o Presidente da Direcção Central e a Técnica de Serviço Social da Sede.

Dado o interesse dos temas tratados, a dr.ª Fátima Almeida apresentará, em próximo ELO, um artigo sobre esta importante reunião internacional.



Promovido pelo Ministério da Defesa Nacional, através da Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas, em colaboração com os departamentos próprios dos três Ramos das Forças Armadas, decorreu na Escola do Serviço de Saúde Militar, em Lisboa, de 24 a 27 de Março p.p., o «II Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Militar» que contou com a participação

de especialistas militares e civis, portugueses e brasileiros, bem como de especialistas convidados dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Tendo a ADFA sido convidada para a cerimónia de abertura, a que presidiu o Secretário de Estado da Defesa Nacional, a tal acto esteve presente o Presidente da Direcção Central.

SÓCIOS FALECIDOS

ANTÓNIO RIBEIRO DE VIVEIROS, sócio n.º 3089, natural e residente em Machico (Madeira), faleceu no passado dia 09 de Janeiro de 1993.

Deficiente com 75 por cento de desvalorização era amputado do membro inferior direito.

Deixa viúva a sr.ª D.ª Maria da Conceição Carvalhos de Viveiros e dois filhos.

JOSÉ PESSOA DUARTE, sócio n.º 4881, natural e residente em Carapinheira (Montemor-o-Velho), faleceu no passado

dia 15 de Fevereiro de 1993.

Deficiente com 37 por cento de desvalorização.

Deixa viúva a sr.ª D.ª Maria Violeta Sousa Duarte e dois filhos, um dos quais menor.

LUÍS DOS SANTOS PENA, sócio n.º 5115, natural e residente em S. Sebastião da Pedreira (Lisboa), faleceu no passado dia 12 de Março de 1993.

Deficiente das Forças Armadas, sofreu o seu acidente em Angola, resultando daí a amputação de dedos da mão direita.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

Informação aos sócios

Vaga de «gestor de projectos» na área da deficiência

Através do Gabinete de Informações e Relações Internacionais do Secretariado Nacional de Reabilitação foi recebido um anúncio/artigo sobre uma vaga para «gestor de projectos» em áreas relacionadas com informação e deficiência, ao qual, por poder interessar algum dos nossos leitores, se dá a necessária, e pedida, divulgação.

«O «Policy Studies Institute», a organização britânica que lidera a investigação no campo social e económico, deseja designar um novo membro para o quadro, com vista a trabalhar inicialmente no «Information Policy Group» como Gestor de Projectos para o Projecto Nacional de Informação sobre Deficiência (NDIP).

O «PSI» foi encarregado de providenciar toda a gestão de projectos para o NDIP. Isto pressupõe trabalhar com os doze projectos locais de informação e com os encarregados da informação sobre deficiência.

A pessoa designada tem a responsabilidade da gestão diária do NDIP e da pequena equipa que contribui para o projecto.

Farão parte do «Information Policy Group» e espera-se que contribuam para o programa de investigação em desenvolvimento, sobre a utilização da informação no campo social.

Contudo, espera-se que, pelo menos no primeiro ano, dediquem a maior parte do tempo ao Projecto Nacional de Informação sobre Deficiência.

O Instituto procura recrutar pessoas com conhecimentos e experiência na investigação ou na informação, familiarizadas com a gestão de projectos, assim como com conhecimentos sobre a problemática da deficiência, de preferência adquiridos através de experiência pessoal na área da deficiência.

O local de trabalho será no Instituto, em Londres NW1. O edifício é totalmente acessível a utentes de cadeira de rodas e possui um amplo parque de estacionamento no exterior do mesmo.

O Instituto deseja aproveitar a oportunidade que esta vaga lhe proporcionou para aumentar, no quadro existente, a representação de pessoas com deficiência. Por conseguinte, estas são particularmente incentivadas a concorrer.

Serão nomeadas para o quadro permanente do Instituto como «Research Fellow», com um ordenado segundo uma escala que oscila entre as 15 000 e as 30 000 Libras (incluindo o custo de vida em Londres) e de acordo com conhecimentos, qualificações e experiência demonstrados.

Para mais informações por favor contacte:

Sue Whiley
Policy Studies Institute
100 Park Village East
London NW1 3SR
Tel. 071-3872171
Fax. 071-3880914

SOLIDARIEDADE

A Associação para o Estudo e Integração Psicossocial — AEIPS vai levar a efeito, no próximo dia 19 de Abril, pelas 21H30, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, ao Campo Grande, um concerto de jazz de solidariedade com os doentes mentais, o qual conta com a participação de alguns dos melhores grupos portugueses nesta área da música.

Os interessados, e esperamos que sejam muitos e esgotem a casa dada não só a boa causa como também o nível do espectáculo, poderão encontrar bilhetes na própria AEIPS (Alameda da Encarnação, 35, 1800 Lisboa) e também na Valentim de Carvalho/Rossio, Discoteca Roma e Centros Comerciais das Amoreiras, Fonte Nova, Alvalade e Cascais.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS

— do Serviço de Apoio Social e Médico da ADFA (SASME)

Apoio social a grandes deficientes

Todos os grandes deficientes que não se possam deslocar à Sede, e que necessitem de apoio domiciliário, devem contactar os serviços próprios da ADFA, mais precisamente o Chefe do SASME, major Jorge Silvério, visto a Associação possuir actualmente condições para prestar a devida resposta.

HMP: estacionamento de viaturas

O Hospital Militar Principal passou a dispor, desde há pouco, de três lugares destinados a estacionamento de viaturas de deficientes motores, os quais se encontram devidamente localizados e sinalizados em frente ao Serviço de Fisioterapia.

EMPREGO: promoção

Com o objectivo de incrementar o emprego das pessoas deficientes no mercado de trabalho, como forma de promover a sua autonomia e integração social, foi estabelecido um protocolo de acção entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional/IEFP, a Câmara Municipal de Lisboa/CML e a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores/LPDM, podendo-se referir que a população alvo serão as pessoas portadoras de deficiência com idade legal para o trabalho, residentes no Concelho de Lisboa.

Os eventualmente interessados em mais informações poderão dirigir-se a este nosso Serviço, quer pessoalmente quer por telefone, ou então, para efectuar já a sua inscrição, contactar directamente o Departamento de Acção Social da Câmara, pelos telefones 796 44 43 e 796 52 87.

Instalação por conta própria

Por outro lado, aquele mesmo Instituto (IEFP) poderá conceder às pessoas deficientes que pretendam exercer uma actividade por conta própria, economicamente viável, um subsídio destinado a cobrir as despesas estritamente necessárias a primeiro estabelecimento, designadamente as de aquisição de equipamento e/ou matérias-primas, assim como as de construção de instalações ou pagamento de preço de trespasse directo de local de trabalho, devendo, contudo, os candidatos preencher alguns requisitos, nomeadamente:

- terem idade inferior a 65 anos;
- estarem inscritos nos Centros de Emprego das

respectivas zonas de residência;

— terem capacidade de trabalho compatível com a natureza e exigências da actividade que se propõem desenvolver, a qual, por sua vez, não deve colocar em risco a sua saúde;

— não exercerem qualquer outra actividade profissional por conta própria ou mesmo por conta de outrem;

— ser, por seu lado, a actividade rentável em termos económicos e ter viabilidade no mercado de trabalho.

Lar Militar de Runa

Com o fim de dar a conhecer aos associados o que é, e o que pode proporcionar, o Lar Militar dos Veteranos de Runa, deslocaram-se àquele estabelecimento, no dia 10 deste mês, o Chefe e a Técnica de Serviço Social do SASME, tendo sido constatado que, embora com três pisos, o edifício possui as condições necessárias para acolher deficientes das Forças Armadas, com boa acessibilidade total, mercê de dois elevadores de largas dimensões.

No primeiro piso, com um corredor espaçoso a toda a volta, ficam a zona administrativa e da Direcção, o gabinete da Técnica de Serviço Social, a sala da TV, o Serviço de Pessoal, a barbearia e o refeitório e cozinha geral. Nos segundo e terceiro pisos ficam os quartos (80, com capacidade para 120 utentes), alguns dos quais com casa de banho privativa, adaptáveis às necessidades dos residentes, já que entre eles há quem se encontre em cadeira de rodas. A zona exterior envolvente possui espaços ajardinados, o que torna o local bastante agradável e propício a lazer e a descanso.

Funcionando em três vértices de ocupação — regime de internamento, centro de repouso temporário/colónia de férias e regime de messe —, pode-se dizer que o Lar aposta na qualidade/humanização dos serviços a prestar aos utentes, factor extremamente importante ao bem estar físico e psíquico de qualquer indivíduo, podendo todos os beneficiários dos SSFA usufruir deles, sendo os respectivos preços, só por si, um convite: pequeno-almoço a 130\$00, almoços e jantares a 475\$00 e dormidas a 800\$00.

O Lar de Runa é um bom local para passar fins-de-semana, recomendando-se ainda uma visita atenta ao seu belo museu.

Academia Militar admissão de candidatos militares

Estando prevista a abertura do Concurso de Admissão de candidatos mili-

tares à Academia Militar, devem os eventuais interessados dirigir-se aos respectivos serviços das suas unidades ou estabelecimentos, a fim de solicitarem as informações de que precisam e receberem a colecção de impressos necessários, os quais, juntamente com um desdobrável próprio informativo, também podem ser encontrados na Secretaria da Sede da ADFA.

Férias em Porto Santo

O Centro de Repouso/Recuperação do Porto Santo (CEREPOSA) destina-se, essencialmente, a proporcionar aos beneficiários dos SSFA/Serviços Sociais das Forças Armadas, as condições excepcionais que esta ilha do arquipélago da Madeira oferece, quer como mero local de descanso quer como meio terapêutico privilegiado no tratamento de edemas das articulações dos membros, reumatismos crónicos, processos de descalcificação, etc., por acção tanto da água do mar como, e sobretudo, das finas areias da sua admirável praia.

Embora no ELO de Janeiro último tenham sido já dadas algumas informações sobre os turnos (2 semanas) de férias para este ano, acha-se conveniente fornecer mais alguns dados sobre o Centro, pelo interesse que julgamos haver na sua utilização.

Começando pelas instalações, que foram recentemente restauradas e ampliadas, elas englobam salas de refeições, de bar e convívio, de televisão, de estar e de jogos, cozinha e lavandaria, para além de 30 quartos com casa de banho privativa.

Funcionando em regime de messe, fornece serviços de alojamento e de alimentação aos seus utentes, sendo os seguintes os preços praticados:

- alojamento (dia/pessoa) — 1350\$00 na época alta (Junho a Setembro, ambos inclusive) e 1090\$00 no restante ano, pagando as crianças com menos de 10 anos apenas 40 por cento, utilizando o quarto dos pais, ou 60 por cento, ocupando quarto separado;

- refeições — pequeno-almoço a 150\$00 e almoço ou jantar a 600\$00 para adultos e 420\$00 para menores de 10 anos;

- viagens — pagas de acordo com o rendimento «per capita».

Recorda-se aos interessados em passar uns dias neste Centro de Repouso que deverão efectuar as suas inscrições com uma antecedência mínima de 4 meses sobre o respectivo início, isto é, por exemplo, para o turno de 20AGO/3SET dever-se-á estar inscrito, segundo as nossas contas, até 20 de Abril.

Para mais informações, contactar a 3.ª Repartição dos SSFA, na Rua Pedro Nunes, 8, 1097 LISBOA CODEX, ou pelos telefones (01) 536986 e 562591.

Inscrições no Instituto de Odivelas, Colégio Militar e Pupilos do Exército

Decorrendo durante o próximo mês de Maio os concursos de admissão para o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército, referentes ao ano lectivo de 1993/94, deverão os associados interessados entrar em contacto com as respectivas Secretarias Escolares, a fim de que lhes sejam distribuídas as respectivas normas e indicados os necessários documentos a entregar.

Embora sejam, realmente, os próprios estabelecimentos os locais mais indicados para melhor informação, o SASME também estará ao dispor para qualquer esclarecimento referente a este assunto.

Cascais: casas degradadas

Pretendendo a Câmara Municipal de Cascais criar um ficheiro com a identificação das pessoas que residem em casas degradadas do respectivo Concelho, contactou a ADFA uma Técnica de Serviço Social do seu Departamento de Acção Social no sentido de ser solicitada, para tal levantamento, a divulgação do pedido para que todos os nossos associados, que estejam nessas condições, de tal dêem conhecimento ao SASME, o qual encaminhará posteriormente tal informação para aquela autarquia.

— Carris informações em Braille

Foi com muito agrado que recebemos a indicação, já que tal nos tenha passado completamente despercebido, de que no esforço de modernização que se verifica na Carris, nomeadamente no sector de informação local aos utentes, estão a ser contemplados os cegos e os amblíopes profundos, já que os novos suportes informativos sobre carreiras e horários, colocados junto às paragens quer de eléctricos quer de autocarros, e que, dada a sua forma cilíndrica e possibilidade giratória, se denominam «carrossel», dispõem, na sua parte inferior, de faixas em Braille com informação idêntica à visual.

EDITORIAL



Reuniu a Assembleia Geral Nacional, órgão soberano da ADFA, no passado dia 27 de Janeiro.

Foi sempre em Assembleias Gerais Nacionais que os sócios, em espontânea entrega, deram os seus testemunhos que muito contribuíram para ultrapassarmos os grandes problemas que, desde 1974 até hoje, têm vindo a ser resolvidos.

A força de uma organização mede-se, em nosso entender, também nestes grandes momentos associativos, momentos que nos unem, momentos que consolidam a nossa determinação para continuarmos a caminhar na defesa dos direitos dos deficientes militares, sempre orientados pelos desígnios da ADFA.

Serve a Assembleia Geral Nacional, como ocasião de reflexão e de crítica de cada um de nós, pois só assim se forja e forjará um futuro digno, porque o presente é árduo, é trabalhoso e também cheio de incertezas.

Assumimos todos que a forma espontânea e empenhada como os sócios se entregam ao debate é sempre considerada como um modo generoso de ser solidário.

Ninguém quer uma ADFA esvaziada de conteúdo, por isso apelamos mais uma vez à crítica que, feita no sentido de engrandecer a nossa Associação, é bem-vinda e um elemento decisivo que vem garantir um futuro que todos queremos digno e justo.

A Direcção Central

25 de ABRIL comemora-o com a ADFA



Evocando o 19.º aniversário do 24 de Abril de 1974, e recordando o direito de associação que nos permitiu criar a ADFA logo a 14 de Maio seguinte, é intenção reunir este ano na Sede, num jantar convívio, o mais vasto número de associados e trabalhadores, assim como alguns convidados especiais.

Nesse sentido iniciaram-se já contactos com individualidades referenciadas com uma visão histórica sobre o 25 de Abril, no intuito de dar a tal encontro um carácter de análise e reflexão, convidando-se todos os participantes a dar o seu testemunho sobre a génese da ADFA, a sua implantação na sociedade e o seu contributo pioneiro na alteração de mentalidades em relação à pessoa deficiente.

Quaisquer outras informações poderão ser dadas na Sede, mais propriamente no DASC (tel. 346 21 67/8 ext. 42), devendo as inscrições ser feitas no mesmo Departamento o mais tardar até ao próximo dia 20 de Abril (18 horas), já que o jantar terá lugar no dia 23 seguinte (6.ª-feira), a partir das 19 horas.



ESCREVEM OS SÓCIOS...



Neste ELO, para além da terceira parte do artigo «Formas de tratamento dos deficientes», de Mário Villa-Lobos, um texto do também nosso sócio-colaborador Jorge Lage, sobre o qual não queremos deixar de fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, embora não essencial (?), é evidente que uma certa «linha de retorno» é agradável e mesmo estimulante. Daí, a grande satisfação sentida por Mira, a grande responsável pela existência da secção «Companheiras & Juniores». Por ela, os nossos agradecimentos. Em segundo, e talvez de forma contrastante, a pouca resposta dada, exactamente, pelas «companheiras» e pelos «juniores» dos nossos sócios quando, ainda há pouco tempo, uma das críticas que alguns faziam ao nosso jornal era a de não se dar oportunidade de nele escreverem ou de não terem um espaço a eles dedicado...

«Radiografia» dos DFAs precisam-se?

Recebemos o número de Fevereiro do ELO e como vem sendo habitual lê-se quase tudo, mesmo os anúncios, o jornal já faz parte da nossa vida. Para muitos será mesmo um dos principais amigos.

Como quem trabalha gosta de ser estimulado, não resistimos em manifestar o nosso apreço pelo trabalho que se desenvolve na secção «COMPANHEIRAS & JUNIORES». Esperamos que se mantenha dentro deste padrão de qualidade e por muito tempo.

Mas a nossa reflexão vai mais para a nossa maneira de estar no mundo que nos rodeia e que muitas vezes tendemo-lo reduzir à nossa visão pessoal e quiçá subjectiva.

Tentamos, muitas vezes,

falar como se todos pensassem pela nossa cabeça. Assim, quando manifestamos a nossa vontade ou ponto de vista devemos referi-la como nossa e não dos outros.

Nós temos de admitir que muito do que defendemos não será, muitas vezes, a opinião da maioria dos leitores. Até é salutar e reconfortante que assim seja, pois no confronto de várias opiniões devem nascer outras mais válidas e inovadoras.

Mas para sabermos quais são os anseios, as tendências, as preferências e as angústias dos DFAs, devem estes ser consultados, regularmente.

Em tempos, respondemos a um inquérito sobre o «STRESS DE GUERRA», que o achámos oportuno e original. Hoje, pensamos que seria útil lançar-se um inquérito de maior fôlego, mas de fácil resposta em que deveriam participar activamente no seu preenchimento Delegações, Núcleos e sócios, para haver o maior número de dados possíveis.

Esse inquérito poderia abordar a problemática do deficiente das Forças Armadas no seu mundo familiar, social, laboral e associativo.

A partir daqui talvez se pudesse caminhar com mais certeza e legitimidade, saindo ADFA e DFAs beneficiados deste maior conhecimento mútuo.

Defendemos esta iniciativa ou outra similar, porque acreditamos que esta seria a melhor forma de se dar voz a tantos que se refugiam no seu silêncio ou apenas manifestam a sua opinião num círculo restrito afastado dos «ouvidos» da ADFA.

Uma iniciativa deste género tem de ser sentida como necessária pelos Corpos Sociais da ADFA e contar com muito empenhamento e militância. Deveria ser for-

mado um grupo de trabalho que elaborasse um inquérito tipo, com base no que se pretendesse saber e com vista ao seu tratamento estatístico.

Conhecemo-nos melhor e a ADFA ter uma visão mais correcta do seu tecido social é o desafio que aqui deixamos.

Jorge Lage

«Formas de tratamento dos deficientes — III»

Como se refere no ELO de Janeiro, não se pode nem deve esgotar a nossa postura associativa e de cidadania, daí que conteste as formas híbridas, estatualmente ajuizadas, sobre nós, os deficientes portugueses. E porquê? Governamentalmente pretende-se, à nossa revelia, continuar a criar «buracos negros» onde um débito político, misturado com uma falta de apetência, uma incapacidade activa e uma dinâmica desonrosa, vai extinguindo as nossas reais potencialidades, apontando, desta forma, para uma recessão legislativa.

Mas, ao fim e ao cabo, a responsabilidade também é um pouco nossa. Creio que devíamos poder ser mais activos e mobilizar, com a nossa forma de estar, a sociedade, os órgãos de soberania e a própria Comunicação Social. Somos os grandes acusados!!!

Desta forma se torna urgente e importante, mais uma vez, uma clarificação consciente da existência dos deficientes que desvaneça de toda uma classificação grosseira, destrua o rótulo de «os deficientes não podem participar familiar, social, económica e politicamente», eliminando-se o mito da caridadezinha e o pseudo-ritual da nossa existência, criando-se, desta maneira, o reconhecimento franco e honesto do que queremos e podemos ser,

destronando uma imagem-memória reflectida ao longo dos séculos.

Se social e economicamente somos considerados os «estragos» do Estado, a «escória» dos Governos e a «subteoria» da Reabilitação e Integração pessoal, então não somos a realidade, muito menos um sonho! Somos um pesadelo!

Esta última ironia é como se fosse uma máscara em dia de cinzas!

Perante toda esta situação anómala, uns sócios preocupados com um futuro sério dos deficientes pretendem ao mesmo tempo historiar, nesta área, o nosso passado, analisar e reflectir o presente, sugerindo à Direcção Central a criação de um «grupo de trabalho» denominado «Formas de tratamento dos deficientes». Desta forma, consciente da importância e necessidade da implementação destas matérias, a DC, como órgão colegial, autorizou este trabalho, que vai ser longo e exaustivo.

Inicialmente o referido grupo dividia-se por áreas intercalares:

— sector do conhecimento de figuras históricas e literárias, ao longo dos séculos;

— sector da informática;

— sector da legislação portuguesa ao longo dos tempos.

Posteriormente, entendeu-se que a Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra/FMAC devia ser contemplada por um deficiente das Forças Armadas que anteriormente tivesse trabalhado neste campo.

Outrossim, pretende-se reuniões com sócios das Delegações, pelo que se avançou, tendo sido contactados, em particular, elementos altamente sensibilizados para esta matéria. Na parte que refere à legislação, existem mais de 600 processos legislativos catalogados que contêm muitas dezenas de milhares de fotocópias de leis, muitas de-

las oriundas do século XIX.

Este «grupo de trabalho», independentemente de termos, veio encontrar épocas que se indicam:

1 — idade-memória (desde o início da nacionalidade até 1910);

2 — paternalismo (de 1910 a 1932);

3 — vazio legislativo (de 1933 a 1958, início das campanhas da Índia);

4 — protecçãoismo básico (durante as campanhas coloniais, isto é, entre 1962 e 1974);

5 — protecçãoismo galopante — ou evolutivo (de 1974 a 1985);

6 — recessão (definição retrógrada das três épocas anteriores).

Nas componentes gramatical e literária importa referir que se tem, para já, analisados os dicionários do sé. XX (os de que se tem conhecimento), confrontados com dicionários de meados do sé. XIX, interessando talvez, se me permitissem, dar um breve apontamento de alguns dos termos incluídos, dado que tais vértices são importantes na medida em que vão ajudar a complementar o âmbito da literatura a estudar:

— aleijado, aleijão, anormal, anormalidade, deficiente, desprimoroso, desprotegido, desvalido, desvalidamento, desvalor, incapacidade, incapaz, indigente, mutilação, mutilado...

O trabalho do grupo, relativo à FMAC, é altamente útil, na medida em que se apercebe de situações internacionais que devem levar a impulsos internos que ve-

nam satisfazer as nossas futuras realizações.

A informática é uma palavra estranha! Será que todos sabemos o que ela é na realidade? Eu não sei! Também neste âmbito outro elemento do grupo está vocacionado para o futuro informático da ADFA, valorizando-se tanto o património histórico e legislativo dos deficientes como da ADFA em particular.

Falou-se neste artigo do que o «grupo de trabalho» vem pretendendo, solicitando-se, de novo, a vossa participação através de cartas ou contactos pessoais.

Contamos convosco!

Mário Villa-Lobos
sócio n.º 357



Companheiras & Juniores

Embora não haja, neste mês, uma colaboração directa nesta secção, não queremos deixar de aqui fazer uma especial chamada de atenção para a rubrica «ELO e os grandes temas da actualidade», que precisamente neste número se inicia, já que o assunto tra-

tado se reveste do maior interesse para todas as famílias, pais e filhos, «companheiras & juniores», pois aborda, na vertente da prevenção na adolescência, o problema tão grave e actual, que ninguém pode desconhecer, da SIDA.

CENTRO
DE REABILITAÇÃO
PROFISSIONAL
DE GAIA



AVALIAÇÃO/ORIENTAÇÃO

REABILITAÇÃO FUNCIONAL

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

READAPTAÇÃO AO TRABALHO

INFORMAÇÃO SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

INVESTIGAÇÃO

E DESENVOLVIMENTO EM REABILITAÇÃO



Av. João Paulo II

Arcozelo

Tel. (02) 762 77 86

4405 VALADARES

C.R.P.G.

Prescrição de ajudas técnicas

Centro Especializado

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (C.R.P.G.) foi considerado Centro Especializado para a prescrição de ajudas técnicas a pessoas com deficiência, por despacho do Secretário Nacional de Reabilitação, publicado no «Diário da República» de 10 de Março último.

Esta definição vem atribuir competência de nível 3 ao C.R.P.G., para a prescrição daquelas ajudas, constituindo um reconhecimento da qualidade dos serviços prestados no Centro e da confiança que as entidades governamentais depositam nesta instituição.

Esta credenciação surge na sequência de anterior despacho conjunto dos Ministérios da Saúde e do Emprego e Segurança Social, sobre a matéria.

No próximo ELO será dada notícia desenvolvida.

ADFA esteve...

NO REGIMENTO DE COMANDOS

A convite do respectivo Comandante, coronel Arnaldo Cruz, visitaram o Regimento de Comandos, na

relativamente recente que uniu e unirá para sempre a memória dos que o viveram, forte razão para que se

militares, nomeadamente quanto a instrução auto e informática.

Regressados à Sala de



Amadora, no passado dia 24, a Direcção Central da ADFA, os responsáveis pelos vários Departamentos da Sede e ainda alguns técnicos e trabalhadores, os quais foram recebidos à chegada pelo nosso associado, e agora também responsável pelo recém-criado Gabinete de Informática da Associação, capitão António Neves, o qual, no RCDMS acumula funções semelhantes com as de chefia das Relações Públicas.

Feita a apresentação dos elementos da ADFA ao Comandante e aos oficiais e sargentos que iriam acompanhar a visita, seguiu-se a homenagem ao «Esforço comando», junto ao monumento erigido na praça de entrada do Regimento, momento que pelo seu simbolismo vivido toca sempre mais profundamente todos os que na guerra se irmanaram em dolorosas experiências e emoções.

As instalações do Museu foram a etapa seguinte, tendo sido ouvidas com a devida atenção as explicações e as indicações também a dadas pelo capitão Neves. Na Sala de Honra realizou-se depois a cerimónia oficial de cumprimentos, tendo o Comandante do regimento e o Presidente da ADFA, historiando as respectivas instituições, realçado os seus interesses e pontos comuns, num passado ainda

procurem, no futuro, caminhos de melhor conhecimento e colaboração. Seguidamente, e após se haver procedido a troca de lembranças entre o Comando e a Direcção Central, tendo o regimento obsequiado também todos os visitantes com algumas recordações, foi servido um aperitivo, pretexto para mais troca de saudações, desta vez lançando os «comandos» o seu grito «mama sume».

Terminado o almoço, que foi servido na Casa dos



Oficiais, o coronel Arnaldo Cruz foi guia esclarecedor numa visita que abrangeu as áreas principais da vivência na unidade preferenciando-se, no possível, as relacionadas com os aspectos mais pedagógico-educacionais do que meramente

Honra, as despedidas foram-se prolongando em cafés, conversas e recordações, sendo já perto das 17 horas quando de novo se passaram os portões do Regimento.

Procurando ir mais além do que a simples notícia, ELO pediu a duas das pessoas envolvidas nesta, pode-se dizer, «jornada de convívio», um pequeno apontamento sobre o seu modo de a ver, sendo que uma delas era uma visitante contra um jovem militar,

desconhecedor, portanto da realidade da guerra e, muito provavelmente, dessa outra realidade que são os deficientes militares, muito embora o seu relacionamento com um deles lhe possa ter transmitido alguma sensibilidade.

todos os companheiros que queiram partilhar connosco as nossas alegrias e tristezas num convívio de fraternidade e procura de Justiça e Paz.

Termino este breve apontamento deixando convosco a certeza de que encontros deste nível só podem trazer uma melhor compreensão do que foi, é e será sempre o querer e a vontade de sermos cidadãos de plenos direitos e deveres, e que apesar de alguns dos nossos terem sofrido na pele os horrores da guerra existe uma força que une todos eles, pois quando chamados a defender a Nação cumpriram e cumprem essa missão com honra.

Embora cada um tenha o seu lema, penso que o grito dos comandos, neste caso, se pode aplicar a todos.

MAMA SUME
— Aqui Estamos Prontos Para o Sacrifício

Mira

«Tendo sido incorporado no RCDMS em 31 de Julho de 1990, para frequentar o Curso de Comandos e cumprir o Serviço Efectivo Normal, optei no fim desse serviço por o prolongar por mais dois anos, mas agora na situação de contratado.

No passado dia 24 de Março de 1993, tive a oportunidade de acompanhar numa visita ao Regimento de Comandos uma comitiva da ADFA.

Foi para mim uma oportunidade única de conviver com pessoas que viveram a guerra directamente e que nelas continuam a carregar marcas indeléveis no corpo.

Sendo o Regimento de Comandos uma unidade de tropas especiais, que conta entre os seus militares alguns elementos graduados com as mais altas condecorações e que se distinguiram pelo seu desempenho

em tempo de guerra, já tinha ouvido contar algumas histórias, umas de situações caricatas, outras de acções arrojadas, mas este contacto com os elementos da ADFA foi diferente.

Senti que continuam animados do mesmo espírito de luta que tinham, que provam através de acções e não só de palavras; que continua bem vivo dentro deles o sentimento que outrora os levou a combater pela Pátria e que não é por terem algum grau de deficiência que vão ficar arredados da sociedade, já que, como anteriormente disse, têm vindo a provar através de acções que são elementos extremamente válidos e que com a sua experiência ainda têm muito que dar à sociedade portuguesa.»

José Coelho
Alferes Comando,
licenciado em História

MAS OS «COMANDOS»...

Mas os «Comandos» são também neste ELO mais notícia, conforme outra informação na rubrica «Desporto», por terem albergado cerca de 250 crianças e jovens com diverso tipo de deficiências que, na sua pista internacional de cross, aí foram disputar duas provas.

Mas deixemos que aqui relate as suas impressões o capitão «comando» António Neves.

Jovens deficientes correm na pista dos Comandos

Realizou-se no passado dia 7 de Março o Campeonato Nacional de Corta-Mato/93, destinado a atletas na área da Deficiência Mental. Esta prova, organizada pela CERCILisboa e pela Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental, decorreu na pista de corta-mato do Regimento de Comandos, tendo esta Unidade sido solicitada a prestar apoio a vários níveis. Assim, foram disponibilizados alojamentos e infra-estruturas que permitiram que 170 jovens atletas de ambos os sexos e acompanhantes, oriundos de vários pontos do país, vivessem a realidade de uma noite dormida numa caserna, para além de um contacto próximo com a vida interna de uma unidade militar.

Também toda a parte técnica da prova, montagem do dispositivo e controlo da pista, estiveram a cargo e foram supervisionados pelo pessoal dos Comandos, que ainda apoiou directamente o secretariado da prova.

Este Campeonato Nacional de Corta-Mato contou com a presença de 20 delegações participantes, mais de duas centenas de atletas, distribuídos por vários escalões etários e que se dividiu em duas provas principais, o Torneio Nacional de Corta-Mato e o Campeonato Nacional aberto a atletas com treino regular. A primeira prova incluiu os escalões Benjamins, Iniciados, Juniores, Adaptados e Não Especialistas. Entre os participantes da segunda

prova contavam-se todos os que, na área da Deficiência Mental, representaram Portugal nos Jogos Paralímpicos Madrid/92, e de onde muitos deles regressaram medalhados.

De assinalar ainda a presença de algumas entidades que apoiaram e assistiram à prova, nomeadamente, Secretariado Nacional de Reabilitação, Câmara Municipal da Amadora, Direcção-Geral dos Desportos, Federação Portuguesa de Atletismo e Associação dos Deficientes das Forças Armadas, entre outros, bem como vários órgãos da Comunicação Social.

Foi uma jornada de salutar convívio, quer sobre o ponto de vista desportivo quer sobre o ponto de vista

social e profissional. Uma vez mais ficou patente a capacidade que algumas unidades militares têm de disponibilizar as suas infra-estruturas, numa colaboração estreita com a comunidade civil, permitindo a realização de acções tão interessantes como esta.

Se para os jovens deficientes e seus acompanhantes foi uma experiência inédita e interessante, ter conhecido e contactado com a vida interna de um quartel, também para os militares dos Comandos constituiu uma enriquecedora experiência este contacto directo com uma realidade, da qual por vezes a sociedade anda alheada.

A. Neves
Sócio n.º 3098

Impressões...

Caros leitores, hoje quero partilhar convosco uma experiência que para mim considero inédita.

Estive no passado dia 24/03/93 no Regimento de Comandos da Amadora, acompanhando a ADFA em visita àquela unidade.

Em primeiro lugar devo dizer que fiquei completamente estupefacto com a amabilidade e gentileza com que fomos recebidos por homens que eu pensava que fossem mais rudes, talvez devido à ideia que tinha de que numa unidade de elite não houvesse necessidade de se ensinarem boas

maneiras, mas única e simplesmente preparar mentes e corpos para a dureza da guerra.

Tenho que dar a mão à palmatória, pois no que diz respeito a boas maneiras e regras de bem receber temos muito a aprender com estes militares.

Do meu ponto de vista acho que foi bastante interessante este aproximar de antigos e novos camaradas, alguns deles com vivências semelhantes, embora separados pelos caminhos da vida, mas ambos com as mesmas aspirações, desde o manter bem viva a impor-

tância de servir com orgulho e dignidade a Pátria-Mãe.

No que diz respeito ao Regimento em si, fiquei com a impressão de que ali se consegue o equilíbrio entre o antigo e o novo, ou seja antigos militares transmitindo e ensinando o novo conceito de exército aos rapazes e raparigas que optaram por este caminho.

Acho também importante para a nossa Casa este tipo de relações, pois não pretendemos que a Associação seja somente o lugar de convívio para antigos combatentes, mas sim a casa de



JORNAL ASSOCIATIVO

Reuniões de sócios na Sede

RESPONDENDO ao convite inserto no ELO de Janeiro, reuniram-se na Sede, em 2 de Março, alguns sócios para analisarem os vários pontos contidos na respectiva Convocatória, no que resultou um debate animado e participado.

A troca de opiniões havida incidiu, especialmente, nas informações prestadas pela Direcção Central relativamente a legislação — com particular destaque para a questão dos escalões —, a revisão estatutária — em que o tema mais abordado foi a reunião na Sede no dia 13 anterior, bem como a súmula das ideias nela apresentadas —, a nova Sede — e a problemática da transferência — e as relações internacionais.

Sobre as reuniões próximas do Conselho Nacional e da Assembleia Geral Nacional Ordinária, deram-se perspectivas do Plano de Actividades e do Orçamento a serem então apreciados e motivaram-se os presentes para a sua comparência e participação nos trabalhos da AGN.

DIAS depois deste encontro, um outro se realizou no mesmo local, embora dizendo respeito a um número mais restrito de associados, visto que os assuntos a serem debatidos apenas interessam directamente aos associados de origem africana, embora por solidariedade e unidade associativa toda a ADFA estivesse envolvida.

Existindo cerca de 350 sócios efectivos africanos e perto de 70 penderes, sendo superior a este último número o de processos ainda não concluídos e de 40 os processos em curso para obtenção de nacionalidade,

percebe-se facilmente a gravidade do problema existente, bem como a ansiedade permanentemente instalada nos que ainda têm a sua situação por definir, o que se agravou, para alguns, com a publicação da recente lei dos estrangeiros.

E nesse dia 11 várias foram as questões apresentadas e debatidas, tendo o Presidente da Direcção Central, após o funcionário da Secretaria, Machado, ter prestado os esclarecimentos necessários, garantido aos presentes todo o empenho da Associação para resolver as situações que ainda persistem, tal como já e sempre o fez anteriormente.

A terminar a reunião foi entregue pelo sócio Lona Bora (Tenente milícia), em representação de todos, a seguinte exposição:

«À Direcção Central da ADFA

Em nome dos deficientes das Forças Armadas que estão à espera da resolução dos seus casos, nomeadamente daqueles que já pediram o Certificado de Nacionalidade no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para o entregarem no Ministério da Administração Interna, vimos expor à Direcção o seguinte:

1 — *Há deficientes das Forças Armadas que estão à espera de obterem a nacionalidade portuguesa para poderem ter direito às suas reformas;*

2 — *Esses elementos já estão fartos de esperarem pelos referidos Certificados e de nunca mais terem os seus problemas resolvidos;*

3 — *Os mesmos, para sobreviverem cá em Portugal, têm que recorrer aos amigos para comerem pelo*

menos uma sopa por dia, porque mesmo a construção civil recusa dar-lhes emprego se souberem que foram tropas na Guiné, considerando que são deficientes;

4 — *Esses deficientes das Forças Armadas serviram a bandeira portuguesa até 24 de Abril de 1974 com garra, dignidade e honra, estando hoje a ser desprezados.*

Posto isto, vêm por este meio solicitar a essa Direcção que interceda junto do Chefe do Estado-Maior do Exército para que faça as diligências necessárias aos seus problemas serem resolvidos o mais depressa possível.

Mais solicitam a todos os seus colegas que já usufruem das suas reformas que as suas quotas sejam pagas, ou declarem na Caixa para serem descontadas, para que a Associação seja bem servida.

A Associação é a nossa Casa e portanto temos todos, quem quer que seja, de a ajudar, porque sem ela não poderemos ter apoio. Uma vez que as quotas sejam pagas, nós seremos todos bem servidos.

Também sem a intervenção do Chefe do Estado-Maior do Exército junto do Ministério da Administração Interna e do Serviço de Estrangeiros não poderão ter os seus problemas resolvidos.

Para terminar, os lesados confiam no bom senso desta Associação na resolução dos seus casos, embora sabendo que sem o Certificado de Nacionalidade emitido pelo Serviço de Estrangeiros o Ministério da Administração Interna não poderá resolver nada.»

ÁCORES

Visita aos Núcleos das ilhas do Pico e do Faial

Nos dias 19 e 20 de Fevereiro p.p., deslocou-se às ilhas do Pico e do Faial uma comissão da Delegação, constituída pelo Presidente da Direcção, Leite Domingues, e pelo trabalhador José Soares, a fim de efectuar reuniões de trabalho com os respectivos Núcleos.

Na ilha do Pico, a 19, o encontro, que teve lugar como habitualmente na residência do nosso associado José Leal Júnior, versou diversos assuntos de interesse para os associados, tendo sido abordada a possibilidade de efectivação de uma segunda «Jornada de sensibilização», desta vez contemplando a parte do arquipélago não visitada em 1990. Foram também recolhidos documentos com vista à renovação de cartões da ADME e de DFA.

Findos os trabalhos, os sócios residentes na localidade proporcionaram à comissão e aos restantes associados presentes um bebere em que foram servidos diversos petiscos e doces típicos da região, acompanhados pelo famoso vinho do Pico.

No dia seguinte, no Faial, a reunião, que teve a mesma «ordem de trabalhos» da anterior, decorreu no salão de festas da Associação Faialense de Bombeiros Voluntários, tendo sido possível resolver, entre outras, algumas questões pontuais dizendo respeito a sócios da zona.

Costa do Estoril

Onde normalmente se daria uma simples notícia, vamos hoje incluir uma carta-artigo do sócio e colaborador Carlos Fanado, sobre o jantar realizado pelo Núcleo em 26 de Fevereiro último.

Conforme havia sido anunciado no nosso jornal, o jantar do Núcleo da Costa do Estoril realizou-se.

A boa-disposição, espírito associativo e uma saudável camaradagem estiveram presentes no final de um dia de trabalho que acabou numa noite bem passada em pleno convívio entre amigos e conhecidos, mas todos unidos pela mesma palavra «ADFA»!

«Caramba, pá! Ao tempo que já não te via!», foi uma das muitas frases que se ouviram, o que, obrigatoriamente, nos leva a reflectir sobre a importância destas «pequenas» iniciativas entre a família DFA.

São indubitavelmente encontros determinantes no convívio associativo, o qual conduz ao conhecimento e esclarecimento de verdades e realidades ligadas à Associação que, por vezes, passam à margem do conhecimento dos sócios.

A nossa participação na vida associativa torna-se ainda mais importante, pois estamos numa época marcada fundamentalmente pe-

la rapidez de alterações sociais, pelo notório individualismo exacerbado, pelo desenvolvimento de um liberalismo que merece interrogações e pela acentuada desumanização de relações para com os deficientes. Estas realidades não podem passar ao nosso lado com a nossa passividade e sem que haja uma reflexão sobre o porvir de todos nós, na qualidade de cidadãos deficientes das Forças Armadas.

Solidariedade, amizade, camaradagem, associativismo... são palavras que têm de continuar bem vivas entre nós, nem que para isso tenhamos de nos sentar à volta de uma mesa bem recheada de comida e regada com boa bebida, pois, sem dúvida, a bebida torna qualquer homem muito mais espirituoso.

É evidente que o tempo é um «bem» que cada vez nos falta mais. O relógio é um autêntico «ditador». Os indivíduos que vivem nos grandes centros sentem bem essa realidade. Talvez por isso o nosso Núcleo tenha estado bastante parado em iniciativas deste género.

Mas nessa noite fizemos guerra ao tempo! O convívio pautou-se por conversas entre todos, numa saudável camaradagem. Deram-se ideias, trocaram-se opiniões, fizeram-se desabafos, enfim, houve espaço e tempo para tudo e todos.

O Presidente da D.C., José Arruda, privilegiou-nos com a sua presença e fez-se acompanhar por alguns elementos do seu «Estado-Maior», entre eles o nosso amigo Patuleia Mendes que aproveitou, num curto discurso, para prestar algumas informações acerca da vida associativa, responder a algumas questões que lhe foram colocadas e informar-nos de que as obras no espaço do Núcleo, sito nas Varandas de Cascais, irão finalmente começar em Março, sob administração directa da Sede, sendo só, por agora, as indispensáveis, dado que a Associação está a fazer um grande esforço de poupança no sentido de acabar a nova Sede que é, neste momento, a obra prioritária.

Vilares, também membro da Direcção Central e seu

responsável directo por obras e construções, fez alguns considerandos sobre os planos existentes para o Núcleo, englobando o seu eventual funcionamento, o universo de deficientes que deve abranger e as potencialidades locais, considerando que nos Concelhos de Cascais e Oeiras existe cerca de trezentos deficientes das Forças Armadas sócios da ADFA.

Houve alguma discussão sobre a estrutura e funcionamento do Núcleo, essencialmente nos moldes em que deverá trabalhar, assim como de quem deve suportar as despesas com a sua actividade.

A noite foi passando e as conversas iam aquecendo, regadas com um bom vinho. Os espíritos animaram-se e houve espaço para algumas anedotas. Uma delas não vamos deixar de contar aqui, mantendo o sigilo do seu autor: «Sabem qual é o melhor surfista português? Ai não sabem? Pois é, é o nosso Presidente, José Arruda! E sabem porquê? Porque é o que se aguenta há mais tempo na crista da onda laranja, sem cair!»

E foi assim que se passou o fim de mais um dia. Os empregados do restaurante começaram a limpar as mesas e compreendemos que tínhamos que ir embora.

Não posso deixar aqui de salientar e congratular-me com a presença de esposas de deficientes, que ocupam um lugar de inegável e indiscutível importância na nossa Associação. Elas são uma enciclopédia de conhecimento acerca de nós próprios, assim como são detentoras de muitas respostas para alguns dos nossos problemas associativos. Há que criar um espaço onde se possam exprimir e onde possam ser ouvidas, pois de certeza que têm muito para dizer.

O Núcleo da Costa do Estoril vai dar continuidade a este tipo de encontros e, porque não, começar a pensar em iniciativas mais ousadas. Hoje, pelo que vi e ouvi, ainda somos alguns com vontade de fazer bastante pela nossa Associação, o que quer dizer, por todos nós.

Carlos Fanado

Calendário associativo

17ABR — Reunião sobre revisão estatutária, na Delegação do Porto

23ABR — Jantar-reflexão sobre o 25 de Abril e a ADFA, na Sede

25ABR — Dia da Liberdade

14ABR — Aniversário da ADFA

15ABR — Colóquio «Barreiras culturais da integração», na Sede

Comemorações do 19.º aniversário da ADFA

No âmbito da actividade que vem a ser desenvolvida pelo «grupo de trabalho sobre as formas de tratamento dos deficientes», e por iniciativa dos seus membros, enquadrado nas comemorações do 19.º aniversário da ADFA, e em princípio na tarde do dia 15 de Maio (sábado), vai ser levado a efeito um colóquio subordinado ao tema «Barreiras culturais da integração».

Com intervenção e participação de entidades ligadas à área da reabilitação e da deficiência, além de depoimentos de elementos da casa, espera-se forte adesão dos associados a esta jornada de reflexão e debate numa vertente que tão perto nos toca.

Mais informações sobre esta e outras iniciativas que envolverão as comemorações do aniversário serão dadas no próximo ELO.





ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

CADERNO
ESPECIAL

REUNIÕES DO CONSELHO NACIONAL

No passado dia 6 de Março, convocado para a Sede, o Conselho Nacional da ADFA efectuou as suas duas reuniões anuais ordinárias, estatutariamente previstas nos artigos 35.º n.º 4 e 37.º.

Assim, na parte da manhã, foi, em primeiro lugar, apreciado e votado o «Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente a 1992», tendo o mesmo sido, seguidamente, aprovado por unanimidade.

O segundo ponto da Ordem de Trabalhos, «Informações da MAGN», foi ocupado, praticamente, com o historial e ponto da situação da «revisão estatutária», tendo-se sensibilizado os conselheiros para a sua presença no encontro a realizar na Delegação do Porto no próximo dia 17 de Abril, por se esperar que aí seja possível trazer as linhas definitivas que levem à ultimate do projecto para apresentação oportuna a Assembleia Geral Nacional Extraordinária.

Seguidamente, em «Informações da Direcção Central», este órgão expôs o actual estado da construção da nova Sede, os contactos mantidos para concretização de reivindicações legislativas, o ponto da situação

do Estatuto do Deficiente Militar e, no campo das actividades internacionais, informou da realização, em Lisboa, em Março de 1994, da VI Conferência Internacional sobre Legislação/FMAC, a qual já foi precedida por uma primeira reunião da respectiva Comissão Preparatória, também em Lisboa, em fins de Janeiro passado.

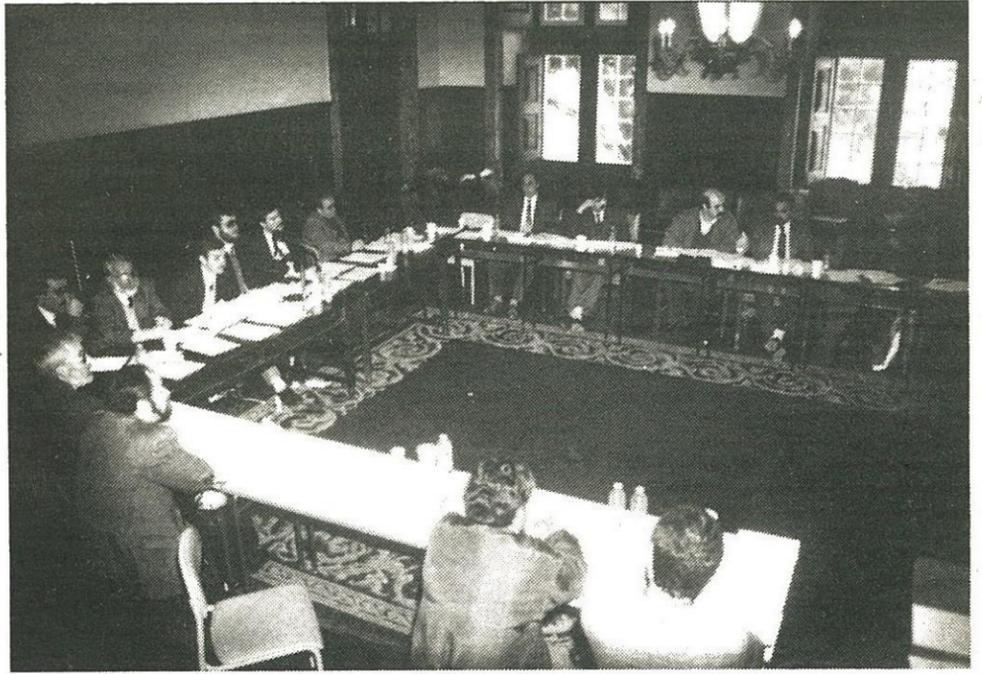
Na troca generalizada de impressões que se seguiu, um assunto mereceu maior debate, pois que se tratando da «guerra colonial» várias observações foram feitas e algumas sugestões apresentadas, as quais, por coincidência, vieram ao encontro de um planeamento, a médio prazo, da equipa do ELO.

A finalizar esta sessão matinal, o Conselho Fiscal Central procedeu à leitura do seu Relatório sobre as actividades dos Conselhos Fiscais de Delegação, continuando a lastimar o facto de grande parte destes órgãos regionais não cumprirem com o estatutariamente determinado quanto à elaboração de relatórios semestrais.

Na parte da tarde, e com um Ponto Único na Ordem de Trabalhos, «Apreciação e votação do Orçamento Geral da

ADFA para o ano de 1993 apresentado pela Direcção Central e respectivo Plano de Actividades», foi realizada a segunda reunião do Conselho Nacional, na qual, após apresentação pela DC daqueles dois documentos, se seguiu debate sobre as várias áreas de acção que se pretendem desenvolver e sobre algumas rubricas do orçamentado, podendo-se salientar, como assuntos de maior realce, o interesse em que o ELO vá mais de encontro às populações e às autarquias no sentido de um melhor conhecimento do que pensa a sociedade dos deficientes, em geral, e dos deficientes militares, em particular; a situação de instalação de uma oficina ortoprotésia nos Açores; a necessidade de mais ampla informação nos documentos financeiros divulgados, com inclusão das actividades da Tipografia-escola, da Formação Profissional e mesmo do Centro de Reabilitação de Gaia, para além de maior explicitação das verbas «despesas de representação» e «deslocações e estadias», e o andamento do projecto do Centro de Férias e Lazer em Silves.

Prestados os esclarecimen-



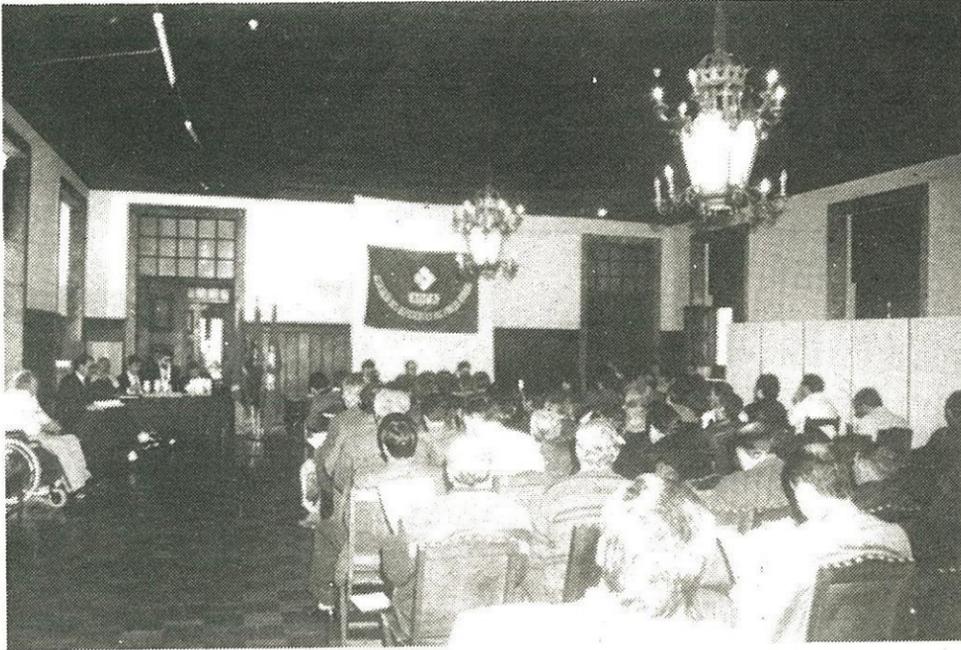
tos necessários por parte da DC, pôs a Mesa à votação o Plano e o Orçamento, tendo os dois sido aprovados por maioria.

Já fora da Ordem de Trabalhos foi analisada a questão

dos sócios com quotas em atraso, sendo recomendado pelo Conselho Nacional à Direcção Central que, numa primeira fase, contacte com os associados nessa situação com referência ao período de 1974 a 1985,

motivando-os para uma sua regularização, devendo posteriormente, e para os não interessados, usar da competência definida nos n.ºs 3 e 4 do artigo 10.º dos Estatutos da Associação.

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA



Conforme «Convocatória» publicada no ELO de Fevereiro, realizou-se no dia 27 de Março, na Sede, a Assembleia Geral Nacional Ordinária para:

1 — Apreciação e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente ao exercício de 1992;

2 — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central relativos à gerência de 1992;

3 — Actualização da quota para 1994;

4 — Informações da Direcção Central.

Os trabalhos iniciaram-se com a leitura da Acta referente à última reunião da AGN, em 28MAR92, a qual, após alguns

esclarecimentos, foi achada conforme e ratificada.

Seguidamente, e por proposta de um associado, observou-se um mínimo de silêncio pelos falecidos durante o ano passado.

Feita pela Mesa a apresentação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional, foi o mesmo, de imediato, aprovado por unanimidade.

Entrando-se no ponto 2 da OT, a Direcção Central fez, pela voz de cada um dos seus elementos e relativamente aos respectivos pelouros, ampla explanação sobre o «Relatório e Contas» do exercício do ano transacto tendo, em seguida, o Conselho Fiscal Central também procedido à divulgação do seu «Parecer».

Abertas pela Mesa as inscrições para análises sobre os do-

cumentos em apreço, foram cerca de uma dezena os sócios que quiseram manifestar as suas opiniões e/ou pedir esclarecimentos, destacando-se de forma particular as questões referentes a «stress da guerra»; as apontadas com relação à fraca participação associativa em algumas reuniões, especialmente em Assembleias Gerais; a sobre a vantagem de alteração de calendários de forma a permitir a divulgação atempada, através do ELO, dos documentos a apreciar posteriormente pela AGN; a respeitante a uma maior intervenção da ADFA na área legislativa, prevenindo-se não só o caso das viúvas como também o da 3.ª idade, que se avizinha, este com recurso e adequado aproveitamento do Lar Militar, para além da salvaguarda intransigente dos cicli-

mente postos em causa espírito e letra do Decreto-Lei n.º 43/76 e ainda, finalmente, a sobre a necessidade, para maior e mais livre expressão dos sócios, da recriação, nas AGN, de um «Ponto antes da Ordem do Dia».

Prestados pela Direcção Central esclarecimentos sobre os assuntos até ali versados, seguiram-se as últimas análises sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo agora sobressaído as dificuldades encontradas no encaminhamento dos problemas dos associados entre os mesmos, as Delegações e a Sede, assim como no relacionamento com pessoal técnico que, por vezes, mais parece aprender do que ensinar, e o reconhecimento da amplitude de anos a tratar que não se resolvem mesmo em casos, sabendo-se dos obstáculos sistemáti-

ca e mais acentuadamente levantados pela área financeira do Poder, pelo que, não existindo milagres, se deve ter cuidado com algumas críticas.

Terminadas as intervenções, foram postos à votação, em conjunto, os documentos apreciados, tendo-se verificado a sua aprovação com 1 abstenção e sem votos contra.

Passando-se ao Ponto 3 da OT, apenas uma proposta para alteração de quotas, a da Direcção Central, foi apresentada, a qual, prevendo o aumento de 450\$00/mês, em 93, para 475\$00/mês em 94, foi imediatamente posta a votação por não se verificarem inscrições para falar, tendo sido aprovada com um único voto contra e nenhuma abstenção.

Quanto ao Ponto 4, visto que ao longo de todo o anterior

debate, e pelos esclarecimentos então dados, grande parte do que seriam as informações a prestar pela Direcção Central à Assembleia já havia sido fornecida, o Presidente da DC limitou-se a reforçar algumas das questões consideradas de maior importância, nomeadamente as referentes a legislação, realçando o interesse que trará a realização em Portugal, em meados de 1994, da VI Conferência Internacional da FMAC sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, e a relacionada com a equiparação dos deficientes das Forças Armadas com a situação de reformado, no que concerne à aquisição de medicamentos.

Seriam umas 19h15 quando, pelo Presidente da Mesa, foi dada por encerrada esta Assembleia Geral Nacional Ordinária.



PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO

ADFA-ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
BALANÇO

TIPOGRAFIA

CODIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1992			1991	CODIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1992	1991
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LIQUIDO	LIQUIDO			PASSIVO LIQUIDO	LIQUIDO
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
422	Imobilizações Corpóreas						Reservas		
423	Edifícios e Outras Construções	36 084	12 236	23 848	22 459	575	Subsídios		
424	Equipamento Básico	1 512	1 512	0	378	574	Reservas Livres	25 018	25 018
425	Equipamento de Transporte					573	Reservas Especiais	15 000	
426	Ferramentas e Utensílios	239	76	163		59	Resultados Transitados	4 926	
429	Equipamento Administrativo	388	308	80	118			44 944	25 018
	Outras Imobilizações Corpóreas								
		38 223	14 132	24 091	22 955		Resultado Líquido do Exercício	4 365	4 925
	CIRCULANTE						Total do Capital Próprio	49 309	29 943
	Existências						PASSIVO		
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	1 968		1 968	1 739		PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
35	Produtos e Trabalhos em Curso						DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
33	Produtos Acabados e Intermédios	525		525	634	293	Fornecedores-c/Corrente	3 669	3 222
33	Mercadorias						Estado e Outros Entes Públicos		2 064
		2 493		2 493	2 373		Outros Credores	12 101	24 232
	DÍVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO							15 770	29 518
211	Clientes-C/Corrente	23 580	1 842	21 738	18 806	221	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
268	Outros Devedores					24	Acrescimos de custos	10	
		23 580	1 842	21 738	18 806	268			
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS						Total do Passivo	15 780	29 518
159	Outros Títulos Negociáveis					273			
12+13+14	Depósitos Bancários	16 767		16 767	13 867				
11	Caixa				1 460				
		16 767		16 767	15 327				
	Total do Activo	81 063	15 974	65 089	59 461		Total do Capital Próprio e do Passivo	65 089	59 461

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

TIPOGRAFIA

CODIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1992	1991	CODIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1992	1991
		27 914	21 118	72	Prestação de Serviços	77 949	61 861
62	Fornecimentos e Serviços Externos	11 432	8 180			77 949	61 861
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	12 580	10 541	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	2 830	2 543	74	Subsídios à Exploração		
		26 842	21 174	76	Outros Proveitos Operacionais		
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	4 966	4 780				
67	Provisões	962	0	78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
		5 928	4 780		Outros Juros e Proveitos Similares	1 700	440
63	Impostos	11	15			1 700	440
65	Outros Custos Operacionais	15 000	10 000	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	745	16
		15 011	10 015				
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	176	2				
		176	2				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	158	303				
88	Resultado Líquido do Exercício	4 365	4 925				
	Total do Débito	80 394	62 317		Total do Crédito	80 394	62 317

ADFA-ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

SEDE + DELEGAÇÕES

CODIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1992			1991	CODIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1992	1991
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LIQUIDO					
	IMOBILIZADO								
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções	4 738	792	3 946	4 196				
423	Equipamento Básico	541	541		80	571	Reservas Especiais		
424	Equipamento de Transporte	1 869	1 869			58	Subsídios	421 397	339 301
425	Ferramentas e Utensílios	624	624		141	59	Reservas Livres	87 480	36 400
426	Equipamento Administrativo	33 483	18 649	14 834	12 535		Resultados Transitados	23 261	9 910
429	Outras Imobilizações Corpóreas	1 788	1 100	688	828			532 138	385 611
441/6	Imobilizações em Curso	456 179		456 179	290 210				
		499 222	23 575	475 647	307 990	88	Resultado Líquido do Exercício	21 413	13 033
							Total do Capital Próprio	553 551	398 644
	CIRCULANTE								
	Existências								
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	298		298	369				
33	Produtos Acabados e Intermediários								
32	Mercadorias	1 813		1 813	573	293	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	192	221
		2 111		2 111	942		DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
	DIVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO						Fornecedores-c/Corrente	1 768	3 411
211	Cientes-C/Corrente	907		907	1 658	24	Estado e Outros Entes Públicos	2 103	348
24	Estado e Outros Entes Públicos	161		161	148	268	Sede/Delegações		
268	Centros Produtivos	34 576		34 576		268	Centros Produtivos		
268	Outros Devedores	3 135		3 135	12 795	268	Outros Credores	32 791	1 452
		38 779		38 779	14 601			36 662	5 211
						274	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS						Receitas com Provento Diferido	1 513	1 687
159	Outros Títulos Negociáveis	600		600	20 604				
							Total do Passivo	38 367	7 119
12+13+14	Depósitos Bancários	71 718		71 718	59 072				
11	Caixa	2 909		2 909	2 502				
		74 627		74 627	61 574				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos	145		145					
272	Despesas com Custo Diferido	9		9	52				
		154		154	52				
	Total do Activo	615 493	23 575	591 918	405 763		Total do Capital Próprio e do Passivo	591 918	405 763

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

SEDE + DELEGAÇÕES

CODIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1992	1991	CODIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1992	1991
61	Custo das Mercadorias Vendidas	15 547	17 914	71	Vendas de Mercadorias	3 837	3 577
		15 547	17 914	72	Prestação de Serviços	22 930	19 415
						26 767	22 992
62	Fornecimentos e Serviços Externos	29 931	29 942				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	39 195	37 139	73	Proveitos Suplementares	1 281	1 248
645	Encargos Sociais	8 713	6 833	74	Subsídios à Exploração	45 521	41 942
		77 839	73 914	76	Quotização	34 929	21 249
					Outros Proveitos Operacionais	21 344	24 578
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	3 490	2 877				
67	Provisões	30				103 075	89 017
		3 520	2 877	78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
					Outros Juros e Proveitos Similares	7 560	9 183
63	Impostos	91	48			7 560	9 183
65	Outros Custos Operacionais	20 137	16 535				
		20 228	16 583	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	10 515	11 111
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	118	15				
		118	15				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	9 252	7 967				
88	Resultado Líquido do Exercício	21 413	13 033				
	Total do Débito	147 917	132 303		Total do Crédito	147 917	132 303

ADFA — Sede e Delegações
Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.92

1. Actividade

A ADFA — Associação dos Deficientes das Forças Armadas é uma «Organização não Governamental», com objectivos eminentemente sociais. Fundada em 14 de Maio de 1974, foi considerada Instituição de Utilidade Pública, por despacho de 8 de Maio de 1981.

Tem por finalidade a defesa dos direitos dos cidadãos que ao serviço da Nação sofreram deficiências nos três ramos das Forças Armadas.

Para o seu funcionamento, beneficia de um subsídio que lhe tem vindo a ser concedido pelo Ministério da Defesa Nacional, cobra aos sócios uma quota mensal que no ano de 1992 era de 400\$00, apoiando-se ainda em receitas provenientes de uma Tipografia-Escola e na prestação de serviços médicos e de contencioso aos seus associados.

2. Bases de apresentação e resumo das políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base em documentos e registos contabilísticos elaborados pela Associação, de acordo com os princípios definidos no Plano Oficial de Contabilidade.

2.1 Notas ao Balanço

(valores em contos)

2.1.1 Imobilizações Corpóreas

Estão registadas ao preço de custo. Para o cálculo das amortizações são utilizadas as taxas constantes do Decreto Regulamentar n.º 2/90.

O valor indicado na rubrica Imobilizações em Curso não está a ser amortizado. Respeita ao total das despesas efectuadas com a construção da nova Sede, assim distribuídas:

— Construção	417 601
— Fiscalização	7 093
— Arquitectura	12 837
— Equipamentos	7 073
— Diversos	11 575

2.1.2 Dívidas de Terceiros

Como resultado da Consolidação de Contas foram eliminados os saldos relativos às dívidas entre a Sede e as Delegações.

O saldo relativo à rubrica Centros Produtivos tem a seguinte decomposição:

— Tipografia-Escola	12 099
— Formação Profissional	22 477

Esta situação deve-se ao facto de a Sede possuir apenas uma caixa que efectua todos os pagamentos e recebimentos relativos à actividade global incluindo a Tipografia-Escola e a Formação Profissional. Contudo os movimentos através de Depósitos Bancários são efectuados em contas próprias.

O saldo relativo a «outros devedores» distribui-se pela Delegação do Porto, com o montante de 2 475 contos, e o resto pelas restantes Delegações.

2.1.3 Depósitos Bancários

O saldo em 31 de Dezembro incluía depósitos à ordem e a prazo, da Sede, no montante de 34 826 contos e 20 000 contos, respectivamente, distribuindo-se o restante pela totalidade das Delegações. O valor mantido à ordem pela Sede destinava-se a fazer face a um compromisso assumido para com a empresa Marques Inácio, SA., através de aceite bancário, estando a ser remunerado a uma taxa negociada.

2.1.4 Subsídios

O valor desta rubrica inclui os montantes recebidos das várias entidades destinados a financiar a construção da nova Sede, com o desdobramento que se segue:

— Ministério da Defesa Nacional	215 000
— Ministério do Emprego e Segurança Social	165 000
— Ministério das Obras Públicas	25 000
— Associados	11 093
— Outras entidades	5 304

2.1.5 Reservas Livres

Para esta conta são transferidos os resultados apurados em todos os exercícios, com excepção do relativo ao ano anterior que se mantém na conta 59 — Resultados Transitados.

Em 31.12.92 esta rubrica incluía ainda mais-valias obtidas com a venda do prédio na Rua do Embaixador, no montante de 16 325

contos e 31 000 contos relativos a compensações por prestações de serviços à Tipografia-Escola e à Formação Profissional, em exercícios anteriores.

2.1.6 Resultados Transitados

Refere-se, para o caso da Sede e das Delegações cuja contabilidade está centralizada, aos resultados apurados no exercício de 1991. A diferença verificada em relação aos resultados líquidos apurados no exercício anterior será regularizada em 1993 com a centralização da escrita de todas as Delegações.

2.1.7 Resultado Líquido do Exercício

O contributo de cada Delegação para o resultado global da Associação encontra-se distribuído da seguinte forma:

	Exerc.	Ex.º Ant.
— Sede	12 795	7 376
— Porto	3 832	1 481
— Bragança	1 317	833
— Famalicão	651	13
— Viseu	954	2271
— Coimbra	513	60
— Castelo Branco	474	167
— Setúbal	38	45
— Évora	296	133
— Faro	87	57
— Funchal	450	-76
— Ponta Delgada	6	673

2.1.8 Dívidas a Terceiros

Como resultado da Consolidação de Contas, esta rubrica não inclui os valores em dívida entre a Sede e as Delegações.

O saldo indicado na conta Outros Credores respeita a um efeito aceite à empresa Marques Inácio, SA. no valor de 30 997 contos, distribuindo-se a diferença pelas restantes Delegações.

2.2 Notas a Demonstração de Resultados

Não se efectua qualquer especialização das rubricas de custos e proveitos. Estes são reconhecidos no momento da sua realização independentemente do exercício a que respeitam.

2.2.1 Custo das Mercadorias Vendidas

Refere-se, para o caso da Delegação em Bragança, ao custo do material ortopédico e para as restantes Delegações ao custo das bebidas e géneros alimentícios gastos na confecção de refeições servidas nos bares e restaurantes. Destes, os valores mais significativos diziam respeito à Sede e ao Porto com 8 333 contos e 2 788 contos, respectivamente.

2.2.2 Fornecimentos e Serviços Externos

Nesta rubrica são contabilizadas todas as transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas por terceiros à Associação e utilizados por esta nos seus consumos correntes. Nela se incluem a electricidade, o material de escritório, o telefone, o correio, as deslocações e estadas, os honorários, a conservação de equipamento e outros. Os valores mais significativos respeitam à Sede com 16 648 contos, Porto com 3894 contos, Famalicão 2 052 contos, Viseu 1 545 contos, distribuindo-se o restante pelas outras Delegações.

2.2.3 Remunerações

Respeita aos vencimentos pagos ao pessoal, e respectivos encargos, liquidados à Segurança Social. A sua evolução nos dois últimos exercícios e a sua distribuição pelas Delegações foi a seguinte:

	Exerc.	Ex.º Ant.
— Sede	26 064	23 552
— Porto	7 360	7 724
— Bragança	1 157	1 088
— Famalicão	2 282	1 969
— Viseu	1 015	916
— Coimbra	2 553	2 398
— Castelo Branco	1 246	1 078
— Setúbal	1 162	1 030
— Évora	1 052	966
— Faro	1 160	1 010
— Funchal	1 077	827
— Ponta Delgada	1 480	1 414

2.2.4 Outros Custos Operacionais

Como resultado da Consolidação de Contas foi abatida a esta rubrica o valor das Dotações atribuídas às Delegações, no montante de 16 476 contos, o qual foi compensado com igual montante abatido à rubrica de Outros Proveitos Operacionais. A componente mais significativa destes custos respeita à Sede e inclui as seguintes situações:

— Custos com jornal ELO	3 577
— Despesas de dinamização	1 613
— Assistência a sócios	1 245
— Relações internacionais	2 879
— Curso FIA	7 868

2.2.5 Custos e Perdas Extraordinárias

A verba mais significativa relativa a esta rubrica, no valor de 8 315 contos, respeita à Delegação do Funchal e refere-se a actividades lúdicas por ela desenvolvidas.

2.2.6 Vendas de Mercadorias e Produtos

O valor indicado respeita na sua quase totalidade às vendas de material ortopédico efectuadas pela Delegação de Bragança.

2.2.7 Prestação de Serviços

Este valor distribui-se da seguinte forma:

— Sede	15 948
— Porto	3 409
— Famalicão	2 208
— Ponta Delgada	1 142
— Outras	223

Na Sede os valores mais significativos respeitam a fornecimento de refeições — 10 848 contos, serviços de contencioso — 1 619 contos e serviços médicos — 3 069 contos.

2.2.8 Subsídios à Exploração

O valor indicado respeita na sua totalidade a verbas recebidas do Ministério da Defesa Nacional.

2.2.9 Quotização

O valor desta rubrica distribui-se, como se indica, pelas seguintes Delegações:

	Exerc.	Ex.º Ant.
— Sede	13 306	8 203
— Porto	7 611	4 717
— Bragança	522	362
— Famalicão	2 019	1 358
— Viseu	2 263	1 658
— Coimbra	2 803	1 561
— Castelo Branco	1 694	1 099
— Setúbal	1 065	637
— Évora	961	696
— Faro	1 077	876
— Funchal	1 091	631
— Ponta Delgada	517	517

2.2.10 Outros Proveitos Operacionais

Como resultado da Consolidação de Contas esta rubrica não inclui o valor das Dotações recebido pelas Delegações, o qual foi compensado com igual montante abatido à rubrica de Outros Custos Operacionais.

Das verbas em que se decompõe o valor indicado merecem referência as seguintes:

— Formação Profissional-Participação de Despesas	8 536
— Publicidade no ELO e na nova Sede	1 740
— Comissões pela Venda de Viaturas	1 234
— Subsídio do Instituto de Emprego ao Curso FIA	7 273

2.2.11 Outros Juros e Proveitos Similares

Esta rubrica contém os rendimentos obtidos pela Associação, provenientes de aplicações financeiras, respeitando 6 421 contos à Sede e 1 139 contos às restantes Delegações.

A importância respeitante à Sede inclui 1 454 contos de juros de depósitos à ordem, 2 261 contos de juros de depósitos a prazo, 1 506 contos de juros de aplicações em Bilhetes do Tesouro e 1 201 contos de Rendimentos de Outras Aplicações.

2.2.12 Proveitos e Ganhos Extraordinários

São contabilizados nesta rubrica todos os proveitos que não derivem da actividade normal da Associação.

Do valor indicado fazem parte, como verbas mais significativas, 8 269 contos registados na contabilidade do Funchal provenientes das actividades lúdicas desenvolvidas por esta Delegação e 789 contos resultantes de correcção efectuada ao resultado do Bar/Restaurante da Sede, no exercício anterior, devido a erro verificado com o apuramento das existências finais.

3. Conclusão

Depois do desenvolvimento que foi efectuado a cada uma das rubricas das Demonstrações Financeiras pouco mais há a acrescentar. Algumas referências apenas às situações que nos parece justificarem-nas:

- ao Património Imobiliário que aumentou 185 437 contos como resultado do investimento efectuado na nova Sede;
- aos Capitais Próprios que cresceram 154 907 contos, provenientes dos subsídios recebidos das várias fontes de financiamento, mas também ao aumento de reservas livres e de resultados gerados internamente;
- a contenção de Despesas que permitiu manter os custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros e agravar os Custos com Pessoal em apenas 5%;
- as receitas de quotização que evidenciaram uma resposta muito positiva dos associados ao esforço que lhes foi solicitado.

II

CONTAS APRESENTADAS PELA DIRECÇÃO CENTRAL

Durante 1992 o Conselho Fiscal Central acompanhou a actividade contabilística da Sede, com visitas ao Departamento financeiro e pedidos de esclarecimento ao tesoureiro da Direcção Central.

Para apreciação das contas anuais da ADFA, o Conselho Fiscal Central solicitou a colaboração de um sócio perito em contabilidade, dr. Timóteo.

Da análise efectuada por amostragem da área associativa (Sede e Delegações) e da Tipografia, apenas foram detectadas anomalias pouco significativas, tendo sido dado conhecimento das mesmas ao tesoureiro da Direcção Central com vista à sua correcção.

Porém, recomenda-se à Direcção Central que tome medidas conducentes à diminuição dos prazos dos recebimentos de clientes da Tipografia, dado constatar-se estarem a ser efectuados com algum atraso.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal Central é de parecer que o «Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central», relativo ao exercício de 1992, seja aprovado.

Lisboa, 25 de Março de 1993.

O Conselho Fiscal Central

Parecer do Concelho Fiscal Central

Nos termos da alínea a) do art.º 45.º dos estatutos da ADFA, o Conselho Fiscal Central o parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central referentes ao Ano de 1992.

I

1. ACTIVIDADE INTERNA

a) A construção da nova Sede nacional representou um esforço notável desenvolvido pela Direcção Central e a concretização de uma velha aspiração da ADFA.

Lamenta-se, no entanto, a não existência de um planeamento relativo ao faseamento da transferência de serviços.

b) Em relação à legislação, verifica-se que o resultado de toda a actividade reivindicativa foi muito escasso, ficando aquém do proposto no Plano de Actividades para 1992.

c) No tocante à Reabilitação e Apoio Social, entendemos que a Direcção Central desenvolveu uma acção meritória.

No entanto, não é perceptível a existência de uma política global onde se destaquem os objectivos prioritários a atingir e a metodologia de acção tendente a alcançar esses objectivos.

d) O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e a Formação Profissional da Sede são duas concretizações de grande importância para a ADFA, onde o trabalho prossegue com empenhamento e dedicação de todos os que voluntariamente, ou com o estatuto de trabalhador, aí exercem a sua actividade.

e) No respeitante à vida associativa, o Conselho Fiscal Central entende que foi realizado muito trabalho, quer na Sede quer em algumas Delegações e Núcleos.

f) Em relação à Revisão Estatutária, actualmente em discussão associativa, pensamos que o trabalho efectuado durante 1992 foi de grande interesse associativo.

g) O problema da fluidez da circulação da informação dentro da ADFA continua a ser premente. A melhoria desta circulação passa, em nosso entender, pelo maior contacto directo com os sócios e, através do jornal ELO, esclarecendo de uma forma acessível os aspectos internos que mais interessam aos associados.

2. ACTIVIDADE EXTERNA

a) Como se depreende da leitura deste capítulo do «Relatório de Actividades» da Direcção Central, a sua actuação junto dos órgãos de soberania foi pautada pelo diálogo e desejo de colaboração.

b) No domínio das relações internacionais há que prosseguir o bom trabalho efectuado, sem esquecer a necessária difusão junto dos sócios.

Plano de Actividades da Direcção Central para o ano de 1993

O Plano de Actividades é um elemento referenciador no qual se expressam os objectivos a realizar, resultado da vontade permanente de nos afirmarmos no seio da sociedade como protagonistas activos de um salutar projecto de reabilitação, dinâmico, moderno, arrojado e responsável.

O fio condutor deste plano, ou melhor, dos objectivos, assentará numa sã e participada vida associativa, onde o sócio sinta que a sua opinião é o interruptor que transmite a corrente que gera energia à ADFA.

Compete aos dirigentes entenderem todos estes contributos como solidários, porque são afinal o valorizado historial de quase duas décadas da nossa Associação.

Plano de Actividades

1. Sede Nacional

2. Legislação

3. Reabilitação

• 3.1 Apoio Médico/Social

• 3.2 Formação e Emprego

4. Gestão

• 4.1 Pessoal

• 4.2 Tipografia e Artes Gráficas

• 4.3 Oficinas protésicas

• 4.4 Prestação de Serviços

5. Vida Associativa

6. Informação

• 7.1 Nacional

• 7.2 Internacional

1. Sede Nacional

Prosseguir com esforço e ânimo para a conclusão da Sede. Promover uma transferência serena, digna e funcional, garantindo que a Sede seja a casa de todos, viva e humanizada, um espaço de convívio, elemento histórico e cultural.

Elaborar plano de instalação, cuidando os aspectos associativos, de carácter administrativo e de serviços, lazer e tempos livres, culturais e ligação à comunidade.

Garantir que a transferência da ADFA, do Palácio da Independência, fique assinalada em acto solene e público.

Incentivar o reforço da contribuição dos sócios e entidades públicas e particulares na campanha de angariação de fundos.

Prosseguir esforços que garantam a continuidade dos apoios governamentais para o financiamento da obra.

2. Legislação

Assumir como tarefa permanente o assegurar que o espírito do Dec.-Lei 43/76 se mantenha, proporcionando, por outro lado, através de propostas, a sua adequação e actualização à situação real vivida pelos deficientes militares.

Dinamizar e concluir os trabalhos do Estatuto do Deficiente Militar.

Promover a discussão associativa do Estatuto e a sua análise nos Órgãos Sociais, no sentido de ser adoptado como objectivo nuclear e base da nossa reivindicação.

Continuar pontualmente a apresentar ao Ministério da Defesa Nacional, para aprovação, os seguintes diplomas:

— extensão da Lei dos GDFA's aos deficientes em serviço com incapacidade igual ou superior a 60 por cento;

— alteração do Art.º 121.º do Estatuto da Aposentação (subsídio de risco);

— alargamento das pensões de preço de sangue aos herdeiros hábeis dos deficientes militares com incapacidade entre 30 por cento e 60 por cento, independentemente da causa da morte.

E ainda:

— reforçar as 'demarches' para a aprovação de diploma que permita a acumulação da pensão militar com a reforma da função pública para os deficientes abrangidos pelo Estatuto da Aposentação;

— pugnar por projecto que contemple os legítimos direitos dos deficientes cujos acidentes ainda não foram considerados como ocorridos em serviço.

— defender o princípio da inclusão dos DFA's no último escalão do posto em que se passou à reforma;

— estender a lei sobre revisão de processo dos DFA's aos deficientes em serviço;

— lutar pela isenção fiscal das pensões dos deficientes militares.

3. Reabilitação

3.1 Apoio Médico/Social

Considerando a nossa experiência de uma vida associativa rica, coesa e participada, é fundamental que se desenvolva o nosso espírito de entreatada.

Assim propomo-nos:

— reforçar de forma permanente e global toda a acção do serviço social;

— manter o contacto com os três hospitais, do Exército, da Armada e da Força Aérea, através de acções de interligação com os diversos serviços, de forma a garantir uma cooperação entre os serviços da ADFA, o sócio internado e os serviços hospitalares;

— tornar mais eficaz o serviço de atendimento em funcionamento ininterrupto, de forma a proporcionar uma linha aberta utilizável por todos os sócios;

— reforçar a assistência e apoio aos internados no Lar Militar, com visitas e reuniões com os residentes. Continuar a promover esforços aos vários níveis de actuação no sentido de garantir uma equilibrada e funcional utilização daquela estrutura, considerada como elemento vital à reabilitação;

— estudar e propor uma rápida, acessível e menos burocratizada forma de adjudicação do material ortotésico, protésico e outras ajudas técnicas e reunir periodicamente com os seus utilizadores para avaliação das respectivas necessidades.

3.2 Formação e Emprego

Desenvolver os programas de Formação Profissional de forma a garantir aos formandos a possibilidade de obter e valorizar conhecimentos que lhes permitam o acesso ao mercado de trabalho.

Promover a colocação no emprego quer dos formandos quer dos sócios em geral.

3.3 C.R.P.G

Divulgar e promover, junto dos sócios, as actividades e serviços do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

4. Gestão

4.1 Pessoal

Reforçar, no plano da gestão, a racionalização dos meios humanos, através de adequada formação.

Criar um Gabinete Informático para melhorar substancialmente os serviços que vêm sendo prestados aos sócios, fazendo a interligação entre Sede e Delegações.

Proporcionar, na área da informática, formação contínua a todos os trabalhadores, tornando a troca de informação mais eficaz e correcta.

4.2 Tipografia e Artes Gráficas

Proceder à transferência da Tipografia-Escola para novas instalações e, considerando a experiência anterior e os seus resultados, promover os investimentos necessários ao seu desenvolvimento que, para além dos meios financeiros da ADFA, possam contar com apoios de outras entidades, mediante apresentação de projectos inovadores.

4.3 Oficinas Ortopédicas

Com a finalidade de dar resposta urgente e eficaz às dificuldades dos grandes deficientes, especialmente aos utilizadores de próteses, ortóteses e outras ajudas técnicas, apresentar um projecto criativo e moderno que leve à construção e montagem em Lisboa e em Ponta Delgada de oficinas da responsabilidade da ADFA.

4.4 Prestação de Serviços

Melhorar os já prestados e celebrar acordos, em diversas áreas, que permitam aos associados usufruir de serviços específicos como, por exemplo, aquisição de viaturas, seguros, turismo, etc.

5. Vida Associativa

Reforçar o papel congregador que cabe à ADFA, desenvolvendo e apoiando a participação dos associados.

Continuar a efectuar actividades às quais se junte a família do associado.

Apoiar as iniciativas dos Núcleos, de forma a valorizar a empenhada participação dos sócios, no sentido de manter e aprofundar a ligação daqueles à ADFA.

Apoiar o 2.º Encontro Nacional de Núcleos, a realizar em Aveiras-de-Cima.

Continuar a promover e a incentivar a participação dos associados, motivando o aparecimento de grupos de trabalho.

Comemorar com envolvimento e dignidade as efemérides associativas, designadamente os aniversários da ADFA e do ELO e ainda o Dia Nacional do Deficiente.

Intervir junto dos sócios para que a próxima realidade que constitui a nova Sede seja factor de participação e dinâmica que fortaleçam o espírito de coesão e solidariedade.

Desenvolver todos os esforços para que o processo de revisão estatutária prossiga e chegue a bom termo.

6. Informação

A informação constitui, agora mais do que nunca, um factor de afirmação das ONG's e, por tal, continuará a merecer atenção prioritária da nossa Associação.

Assim:

— envidar-se-ão todos os esforços, junto do Ministério da Educação e do Secretariado Nacional de Reabilitação, para que nas nossas escolas, aos seus mais diversos níveis, possam ser abordados com objectividade os temas relacionados com a problemática da deficiência e a promoção de um conhecimento mais correcto sobre os malefícios que às sociedades traz a existência das guerras;

— realizar-se-ão colóquios e seminários dirigidos a sócios e à comunidade, sempre no sentido de alterar as mentalidades que leve à transformação de comportamentos e atitudes em relação às pessoas com deficiência;

— o ELO, como órgão de informação da ADFA, será veículo de transmissão dos desejos e filosofia da nossa organização, constituindo-se cada vez mais em força e referência do movimento associativo de deficientes, não descuidando a especificidade que caracteriza os deficientes militares. Inserido no projecto de informatização a ser criado, o ELO deverá reunir, a breve prazo, condições de eficácia e de produção de trabalho que revigorem ainda mais a sua função de unidade associativa e voz autorizada em todos os planos que à reabilitação e integração das pessoas deficientes dizem respeito.

7. Relações Externas

7.1 Nacional

Ao nível nacional, manter os contactos entre a ADFA e os Órgãos de Soberania — Presidência da República, Assembleia da República, Governo, Procuradoria da República e outras entidades —, de forma a transmitir informação permanente sobre os grandes objectivos da nossa Associação.

Continuar a estabelecer contactos com a Instituição Militar, no sentido de garantir a sua solidariedade e responsabilidade na resolução dos vastíssimos problemas que nos afectam.

Reforçar os contactos com as Câmaras e Juntas de Freguesia, divulgando o ideal da ADFA, como forma de participação na integração social da pessoa deficiente.

Participar em actividades e cerimónias para as quais a ADFA seja convidada.

Continuar a nossa participação na comissão executiva do Monumento ao Combatente do Ultramar.

Continuar a defender o princípio de que o S.N.R. é o órgão por excelência de coordenação da política de reabilitação, bem como a participação activa das ONG's em todo este processo.

Promover esforços no sentido de garantir uma efectiva participação das ONG's no C.N.R.

Promover, no campo do associativismo, reuniões com as várias associações de e para deficientes, de forma a garantir a troca de informação.

7.2 Internacional

Desenvolver contactos com as organizações da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau de forma a dar continuidade a projectos de cooperação e fomentar trocas de experiências que contribuam para minorar as dificuldades com que aquelas se debatem.

FMAC — garantir uma participação plena nas reuniões estatutárias da FMAC (Conselho Geral e CPAE), bem como estabelecer relações e trocar informação com membros recém-admitidos na Federação.

No âmbito do estatuto de membro consultivo que a FMAC detém, como ONG, participar nas várias reuniões junto do Conselho da Europa e da Comissão Europeia.

Contribuir decisivamente para que a VI Conferência Mundial Sobre Legislação, a realizar em Lisboa, de 12 a 16 de Março de 1994, cumpra os seus objectivos, proporcionando a aprovação de medidas com vista à solução dos problemas dos combatentes e deficientes de guerra.

NOTA:

Devido aos extensos textos apresentados, tendo este ELO já 16 páginas, apenas no próximo será apresentado o «Relatório de Actividades» da Direcção Central respeitante a 1992



O empenhamento individual é sinal
de vitalidade colectiva

ELO e os grandes temas da actualidade — I

SIDA — melhor conhecê-la que ignorá-la...

ELO, consciente não só da sua obrigação de informar os seus leitores sobre os assuntos que dizem directamente respeito quer à ADFA e seus sócios quer à deficiência e/ou à reabilitação, nas suas várias vertentes, como também de tratar de questões de interesse mais geral e que se prendem com aspectos importantes da vida da sociedade, de todos e de cada um, entendeu criar, aberto à participação dos que quiserem aderir a tal ideia, este novo espaço no qual, como o próprio título indica, se abordarão grandes temas da actualidade, quaisquer que eles sejam, dependendo a sua publicação apenas do real valor e utilidade

do artigo, pedindo-se, contudo, por questões compreensíveis, que o mesmo não ultrapasse duas folhas A4 dactilografadas a dois espaços. É evidente que não se aceitarão artigos cujo autor, sócio ou não, não se identifique devidamente.

Começamos com a SIDA, esse flagelo que alastra na proporção não só da ignorância forçada como também, e aqui criminosamente, da de todos aqueles que, julgando saber dos seus perigos, se pensam imunes ou persistem em ver delicadas «fantasmas» na abordagem do assunto, com medo de serem relacionados com determinadas «situações de risco». E se mesmo assim

não tivermos coragem, e consciência, para, pessoalmente, enfrentar um simples conhecimento sobre «aquela doença que só atingia os outros» e da situação social que envolve, façamo-lo para bem e salvaguarda dos nossos filhos e netos, dado que é para eles, sobre eles, o artigo de hoje, fruto de uma abordagem «directa» do ELO à dr.^a Teresa Canas Martins, da Liga Portuguesa Contra a Sida, aquando da exposição que sobre este tema foi organizada no Rossio, em Lisboa, aproveitando nós esta ocasião para, tal como à dr.^a Sílvia Quakinin, lhe agradecer o interesse imediatamente posto na resposta ao nosso pedido.

xual implicará pois questionar a sexualidade de uma forma muito mais ampla do que aquela que se limita a fornecer um conjunto de «normas de segurança».

Particularmente para os adolescentes e adultos jovens, será muito importante promover o debate de ideias, de conceitos culturais que influenciam a atitude de cada indivíduo, valorizando-a positiva ou negativamente face aos padrões de grupo. Os preconceitos em relação ao uso de preservativos, por exemplo, têm entre nós uma tradição cultural antiga, enraizada em mitos sobre o prazer ou a masculinidade, entre outros. O grande número de parceiros sexuais ou, pelo contrário, a fidelidade a um parceiro, têm conotações morais que variam de acordo com estereótipos, com uma moral de grupo.

Sem abordar estes conceitos, sem enfrentar os fantasmas que se agitam à volta da sexualidade e de uma opção adulta, será provavelmente difícil desencadear mudanças que não sejam superficiais e pouco consistentes.

Em relação à toxicodpendência, algo de semelhante se passa. Sem uma discussão aberta e clara, informativa e isenta de juízos de valor morais, será difícil modificar conceitos e atitudes. Apontar apenas os riscos sem procurar explicar os porquês, poderá acentuar a ambivalência face ao prazer da transgressão...

Tudo isto não significa que não é importante organizar campanhas dirigidas à modificação de comportamentos de risco. Significa que, a par delas, deverá também ser possível um debate mais profundo que facilite a análise e a compreensão dos factores determinantes desses mesmos comportamentos.

Em relação à outra ques-

tão, acerca das características das populações alvo e do tipo de linguagem a utilizar, é muito importante considerar que, no que diz respeito aos adolescentes, eles constituem uma população particular, que tem em comum a fase de desenvolvimento que atravessa mas dentro da qual é possível delimitar grupos específicos.

Sem procurar conhecer em detalhe as características socioeconómicas e culturais de cada grupo, os padrões de interacção familiar e social, as suas crenças e atitudes face à sexualidade e ao consumo de drogas, será difícil estruturar um discurso eficaz no sentido da prevenção da SIDA.

Assim, uma campanha dirigida a uma população de jovens estudantes universitários terá necessariamente que utilizar uma linguagem diferente doutra dirigida a uma população dum estabelecimento prisional. Em qualquer dos casos é pela avaliação posterior dos efeitos produzidos que será possível determinar o grau de eficácia dum campanha preventiva e corrigir as falhas detectadas.

Para além das campanhas difundidas pelos meios de comunicação, parece indispensável também um trabalho de campo junto de grupos a quem esta informação habitualmente não chega: prostitutas, os jovens desinseridos socialmente, entre outros.

Naturalmente que o sucesso dum programa deste tipo depende em grande parte da existência de uma política de intervenção estruturada pelos organismos oficiais, dentro do espírito de directrizes da Organização Mundial de Saúde/OMS. No entanto, também as «organizações não governamentais» poderão aqui desempenhar um papel muito importante,

promovendo o debate, o esclarecimento e a informação, corrigindo noções incorrectas, combatendo a discriminação e a ignorância.

Para além da prevenção do contágio pelo VIH, que é uma prioridade indiscutível, é importante não esquecer os que já foram contagiados, os seropositivos ou os doentes com SIDA. Trata-se agora de prevenir um outro mal, o do sofrimento físico e psicológico associado à doença e ao estigma social, que ela ainda representa.

A vivência diária dum realidade ameaçadora, a incerteza quanto ao futuro, o medo da solidão e da morte são dificilmente suportados em qualquer fase da vida. No entanto, as estratégias de adaptação, que permitem uma reorganização da pessoa e do seu projecto de vida, implicam uma maturidade emocional que um adolescente raramente possui e, talvez por isso, o confronto com a realidade pareça ainda mais brutal. É nesta altura de crise psicológica que surge como determinante o papel do apoio prestado por familiares ou amigos, a existência de uma rede de suporte social.

A possibilidade de discutir abertamente os receios e verbalizar as dúvidas diminui a inquietação e permite a procura de alternativas. Por outro lado, a troca de experiências e conhecimentos com outros seropositivos ou doentes permite geralmente uma aprendizagem que quase sempre é benéfica. O apoio médico ou psicológico é indispensável para prevenir as complicações da doença, para controlar a infecção.

Também é possível prevenir a solidão, o desespero, o abandono.

(*) Médica psiquiatra, técnica/colaboradora da Liga Portuguesa Contra a Sida

SIDA e prevenção

pela dr.^a Sílvia Quakinin (*)

A SIDA, «aquela doença que só atingia os outros», tornou-se de repente uma realidade muito próxima. A medida que se foram conhecendo as vias de transmissão do VIH e as formas de contágio, tornou-se claro que a propagação da doença, como uma epidemia, depende de comportamentos de risco. Não existindo ainda um tratamento que permita a cura ou uma vacina, a única possibilidade de conter a epidemia, de atenuar a sua gravidade, é a prevenção. Esta assenta principalmente na modificação de comportamentos e

atitudes face à sexualidade e à toxicodpendência.

Sabendo que o início da actividade sexual e o consumo de drogas ocorrem habitualmente na adolescência e que a maioria dos adultos jovens com SIDA terão sido infectados durante esta fase, reconheceu-se a necessidade urgente de informar os adolescentes, de promover campanhas de prevenção especificamente dirigidas a esta população.

No entanto, este objectivo nem sempre tem sido conseguido e talvez seja necessário que nos interroguemos sobre as razões

deste insucesso. Como estruturar as campanhas de modo a serem eficazes? Para responder a esta questão, será necessário colocar outras...

Qual o objectivo das campanhas de prevenção? A quem se dirigem, qual a linguagem a utilizar para atingir a população alvo? Quanto à primeira questão, o objectivo da prevenção em relação à transmissão sexual, a resposta será imediata: «modificar os hábitos sexuais promovendo o chamado sexo seguro».

No entanto, embora pareça óbvia a necessidade de seguir esta norma, sabemos que na prática ela é muitas vezes esquecida. Talvez valha a pena reflectir sobre o que significa a manutenção de padrões de comportamento que, por si próprios, são desadaptados e representam uma ameaça para a vida do sujeito.

Os padrões de comportamento, os hábitos, reflectem normalmente a atitude e os conceitos que estão na sua base. Modificar os padrões de comportamento se-

NOTICIÁRIO TÉCNICO

Já por várias vezes nos tem sido sugerida a criação de uma secção para informações de índole técnica sobre as últimas novidades no mercado de equipamentos que se destinam directamente a utilização por pessoas deficientes ou que, sendo de uso mais geral, podem servir de suporte e melhoria de condições quer na vida do dia-a-dia quer apenas em algum dos seus aspectos, desde o trabalho ao lazer.

Como se deve calcular,

uma tal informação para ser verdadeiramente útil, tem que ser baseada em conhecimentos e em análises/estudos que esclareçam devidamente os leitores, não só não os induzindo em qualquer erro como também lhes permitindo uma opinião, e mesmo decisão, sobre uma possível escolha e/ou compra, muitas vezes envolvendo consideráveis verbas.

Mais talvez do que em qualquer outra situação temos que dizer/gritar:

COLABORADORES PRECISAM-SE!

Na verdade, a actual equipa redactorial do ELO não se abalança a preencher o espaço de tal secção, a não ser para servir de eco a qualquer informação, mais ou menos vaga, que apareça na Comunicação Social ou que nos seja transmitida directamente por quem dela tenha tido conhecimento, embora isso, realmente, não nos pareça um objectivo cumprido.

De qualquer maneira, tínhamos a ideia de, neste número, iniciar mesmo o «Noticiário técnico» com a referência, e o tratamento possível, a dois equipamentos distintos, um concebido para deficientes e outro que muito lhes pode servir, o

primeiro um telefone específico para deficientes auditivos e o segundo a caixa automática para automóvel. No entanto, devido a evidente falta de espaço neste ELO, não obstante as suas 16 páginas, tal assunto ficará, esperamos, para a próxima edição. Até lá, reforçamos o nosso pedido de colaboradores, esperando receber artigos e notícias que abrangam uma área o mais vasta e diversificada possível no referente a deficiências e reabilitação, fazendo-nos lembrar este último termo a grande fonte de informação que pode ser o Centro de reabilitação Profissional de Gaia... Aqui fica lançado o desafio!

AS GUERRAS, E OUTRAS COISAS MAIS, NÃO SÃO PARA ESQUECER

No ELO de Dezembro passado apareceu um espaço com o título acima, o qual, apoiando-se em dois textos, também então publicados — «Conto de Natal» e «Testemunho de um contribuinte» —, se justificava «pois são questões não só para esquecer como, principalmente para serem recordadas como fundamental valor para debate...», terminando com a afirmação/esperança «Se tivermos a coragem de assumir integralmente o passado, no que ele teve de bom e de mau, gritando ao futuro mais os erros do que os êxitos, talvez ele possa ser bem melhor do que o presente.»

Entendendo-se ser necessário, cada vez mais, não por sadomasoquismo mental ou expiação de culpas, relembrar um passado que ainda relativamente recente já viu nascer uma geração que,

adolescente hoje — portanto sem uma consciência directa do que é uma guerra, antes julgando-a apenas povoada de heróis e de tecnologia —, começa a enfrentar responsabilidades e a preparar-se para assumir funções próprias na sociedade, resolveu ELO tornar esta rubrica permanente, colocando-a à disposição de todos os seus leitores e indo até ao encontro de sugestões que lhe bêm sendo feitas.

Todos os que viveram a trágica situação de um conflito armado têm a obrigação, senão imediatamente após, logo que atingida uma outra idade e razão, de denunciar as causas erradas, as situações vividas, a realidade dramática e desumana, a par de informar sobre as consequências físicas e morais que tantos anos depois subsistem, agra-

vando-se umas e outras tantas vezes ao desespero, à ruína, à solidão, mesmo ao suicídio.

Não se julgue esta secção como a preencher por cartas quer queixosas quer acusadoras, mas sim com artigos e estórias que mostrem, porque casos vividos e sentidos, uma realidade que tantas vezes é escondida ou subvertida por quem cumpriu e por quem ordenou, numa atitude egoísta, para não lhe chamar outra coisa, que apenas poderá conduzir as novas gerações a acreditarem que a guerra é apenas «acção» como mostram os filmes, havendo os «bons» e os «maus», sendo o «nosso lado» sempre o vencedor, até porque sempre com a «razão». E se alguma coisa correr mal e se revelar excessiva, lá está a velha desculpa do «cumprir ordens»...

Neste ELO não nos vamos alongar mais sobre este assunto, já que a sua discussão tem dado para livros, seminários, congressos, reuniões internacionais... e as guerras continuam. Será, afinal, inútil debruçarmo-nos sobre o tema? Porque cremos que não, e que todos os testemunhos e opiniões, incluindo as das «companheiras» e dos «juniores», são importantes, mesmo fundamentais, é que decidimos tornar regular um título que apareceu para marcar, inicialmente, um modo de sentir sobre um determinado período do ano.

Comecem a lembrar-se, melhor, exorcisem os vossos fantasmas, vasculhem os baús à procura de recordações, fotografias, aerogramas... escrevam e mandem-nos os vossos relatos.

NA MEMÓRIA REVIVIDA DOS PAIS UMA LIÇÃO DE PAZ E SOLIDARIEDADE PARA OS FILHOS

PONTO DE ENCONTRO

Reabilitação e educação especial

A palavra REABILITAÇÃO não teve sempre o mesmo significado ao longo da história da humanidade.

A prática tradicional considerou-a como sendo um modelo de terapias e serviços destinados às pessoas deficientes numa estrutura institucional, muitas vezes sob a égide da autonomia médica.

Esta situação tem sido gradualmente substituída por programas que, embora continuem a prestar serviços médicos, também contemplam serviços pedagógicos e sociais qualificados. O envolvimento das famílias passa a fazer parte integrante dos programas, no sentido de as ajudar e apoiar os esforços dos seus membros deficientes no âmbito do meio habitual de vida.

Para a organização Reabilitação Internacional (1981), Reabilitação significa «um processo em que o uso combinado e coordenado de medidas médicas, educacionais e sociais permite aos indivíduos com deficiência alcançar níveis de funcionamento o mais elevados possível e, em simultâneo, se integrem socialmente». Este processo reabilitativo e dirigido no sentido de melhorar a função e aumentar a qualidade de vida da pessoa deficiente.

Em Portugal, em Maio de 1989, é proclamada a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a qual visa «promover e garantir o exercício dos direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra nos domínios da prevenção da deficiência, do tratamento, da reabilitação e da equiparação de oportunidades da pessoa com deficiência». Considera a Reabilitação como sendo «um processo global e contínuo destinado a corrigir a deficiência e a conservar, desenvolver ou restabelecer as aptidões e capacidades da pessoa para o exercício de uma actividade considerada normal. O processo de Reabilitação envolve o aconselhamento e a orientação individual e familiar, pressupondo a cooperação dos profissionais aos vários sectoriais e o empenhamento da comunidade. Engloba um conjunto variado de acções (de prevenção, de reabilitação médico-funcional, de educação especial, de reabilitação psico-social, de apoio sociofamiliar, de acessibilidade, de ajudas técnicas, de cultura, de desporto e de recreação, entre outras) que se destinam ao deficiente e que visam favorecer a sua autonomia pessoal».

Acções tão diversificadas como estas só podem ser levadas a cabo por uma equipa pluridisciplinar, composta por elementos com formação específica e reconhecida competência, assim como terem lugar em

serviços cujos objectivos se encontrem bem definidos.

Através das perspectivas já avançadas, verificamos que o tema Reabilitação partiu de um conceito quase exclusivamente médico, para uma vertente cada vez mais ampla, englobando os aspectos educacionais, vocacionais e sociais.

Reabilitar perdeu o seu significado restrito de «habilitar de novo». Do tornar o deficiente capaz de realizar novamente uma tarefa, passou a reabilitação a ser encarada como um proces-



so que visa a integração total do deficiente na sociedade, a qual lhe cria determinadas necessidades e às quais procura dar resposta.

Pretendemos com isto dizer que a Reabilitação não pode limitar-se a ter como único objectivo o desenvolvimento de todo o potencial da pessoa deficiente, mas também informar, educar e adaptar a sociedade. Assim sendo, esta deveria estruturar-se no sentido que o seu membro encontrasse, junto dos demais, um processo natural de Reabilitação.

Gostaríamos de realçar de uma maneira inequívoca que não importa tão-somente desenvolver e educar a pessoa deficiente (por exemplo um deficiente em cadeira de rodas), quando simultaneamente as estruturas competentes da sociedade não preparam o ambiente físico que lhe permita circular num espaço sem barreiras arquitectónicas. Como tal, consideramos o processo de Reabilitação um campo multidisciplinar, integrando contributos das ciências humanas, sociais e exactas.

Neste contexto, Reabilitação pressupõe necessariamente uma educação dirigida à população em geral e outra para os deficientes. Esta última designa-se por Educação Especial ou Atendimento Educativo à População com Necessidades Educativas Especiais.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL acompanhou muito de perto a evolução do conceito de deficiente. Começou com características essencialmente assistenciais, desenvolveu-se ao longo dos tempos e hoje procura colocar o deficiente em processos educativos normalizados, através da sua integração.

Esta orientação, nos Estados Unidos da América, vem dando lugar ao conceito de Mainstreaming que significa tornar real a inte-

gração do deficiente nos sistemas regulares de ensino e consequentemente na vida.

Este último aspecto é muito importante. Visto sabermos que todos os cientistas da área da Antropologia são unânimes em afirmar que «o ser humano só se desenvolve no meio dos seus semelhantes».

A anterior afirmação parece-nos lógica, se pensarmos que grande parte dos padrões de desenvolvimento do Homem se processam através da imitação, principalmente na infância, o que leva a salientar que a institucionalização do deficiente é tida como um modelo limitador e segregador. Nes-

te sentido, o deficiente quando «devolvido» ao seu meio habitual, continua a ser e a sentir-se como um estrangeiro.

A Educação Especial foi definida pela Unesco (1977) como sendo aquela «dos que se desviam física ou mentalmente, emocional ou socialmente dos grupos relativamente homogêneos do sistema regular de educação, de modo que é necessário tomar providências especiais para corresponder às suas necessidades».

Actualmente, pode-se dizer que o objectivo fundamental da Educação Especial é permitir ao indivíduo deficiente um desenvolvimento máximo das suas aptidões intelectuais, escolares e sociais, originando, desse modo, a integração de todos os cidadãos na vida em comunidade e respeitando sempre o direito à diferença.

Verificámos nas últimas décadas, devido a mudanças da sociedade e da vontade política dos órgãos de poder, um desenvolvimento da Educação Especial tanto a nível quantitativo (número de serviços oficiais, privados, professores, técnicos especializados, deficientes apoiados, orçamentos envolvidos, etc.) como qualitativo (novas tecnologias, formação superior de professores, grande diversidade e melhor apetrechamento dos serviços — estando este aspecto directamente dependente do surgimento de definições e classificações da pessoa deficiente).

Estas grandes alterações tiveram por base a lei da educação para todos, o prolongamento da escolaridade obrigatória, o alargamento das finalidades da escola, a adaptação desta às características individuais e a não segregação na e da escola.

No entanto, seria tremendamente injusto não realçar aqui o contributo fundamental que o próprio

deficiente teve no desenvolvimento da Educação Especial. A sua maneira de estar, as suas reivindicações e as associações por ele constituídas, foram pilares para que estas mudanças da sociedade e da vontade política se verificassem.

Actualmente, tudo aponta para que sendo a criança deficiente ou «normal» não existam diferenças significativas quanto aos objectivos escolares finais.

Com a aquisição de autonomia e independência criaram-se as condições para a integração do aluno deficiente no sistema educativo regular, o qual deve estar apto a receber todas as crianças em idade escolar e não apenas algumas (escola para todos).

A integração escolar do deficiente só será significativa quando for entendida como a solução, não necessariamente exclusiva mas prioritária, cujo âmbito deve ser progressivamente alargado. Não porque ela seja um fim em si mesma, mas por ser a chave de futura integração dos jovens deficientes na sociedade.

A participação de todos não é apenas desejável do ponto de vista social e moral, mas também do ponto de vista funcional.

O melhor caminho a seguir, tem de ser encontrado por todos nós.

Maria Adília Silva

Este mês marcámos ainda encontro, em continuação de dar a conhecer entidades ligadas à área da deficiência, com o GAD/Grupo de Apoio a Deficientes, do qual faz parte Dulce Sousa, funcionária do Departamento de Reabi-

litação da ADFA/Sede, também autora do pequeno texto que se segue:

GAD — Grupo de Apoio a Deficientes

Nascemos em 26 de Março de 1976, e a partir daí, tal como as crianças, começámos a dar os primeiros passos, nem sempre firmes e até algumas vezes com as inevitáveis quedas e desânimos.

E iniciámos esta nossa caminhada, pela via do apoio aos diminuídos mentais e seus familiares, com a comunidade de Nossa Senhora das Candeias, a que se seguiram, com a congregação de grande esforço e o empenhamento dos que sentem no coração o mesmo amor por tais deficientes, as de Arroios e de Olivais, também em Lisboa, e as de Cristo-Rei e Nossa Senhora da Conceição, no Porto.

Falando especialmente do GAD/Olivais-Sul, reunimo-nos aos sábados, das 10 às 13 horas, para actividades desportivas, folclore, trabalhos manuais, passeios e convívio com outras comunidades, ajudando assim a minimizar os problemas familiares e sociais de cada um.

Se tiver oportunidade venha até nós e veja como somos felizes e nos sentimos iguais aos olhos de Deus e da sociedade. Estamos na «casa do guarda» da Igreja de Nossa Senhora da Conceição/Igreja Nova, na Rua Cidade de João Belo, nos Olivais-Sul, podendo ser contactados quer Zeca Rebordão quer Zé Fontes, também pelo telefone 853 37 38. Esperamos por si e pelo seu apoio!

Dulce

DESPORTO

Se felizmente reabrimos esta secção, infelizmente não o fazemos para noticiar qualquer actividade dos nossos atletas, já que desporto foi coisa que parece ter sido abandonada definitivamente, pelo menos em termos de representação ADFA, pelos sócios.

Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental-ANDDEM

No passado dia 7 de Março, a ANDDEM, que tem sede em Vila Nova de Gaia, organizou, de colaboração com a CERCILisboa, na pista internacional de crosse do Regimento de Comandos, na Amadora, os Torneio e Campeonato Nacional de Corta-Mato/93, provas às quais compareceram cerca de 250 crianças e jovens com diversos tipos de deficiência mental, representando duas dezenas de instituições de todo o país.

Recordando-se aqui o excelente trabalho realizado por esta Associação, e os magníficos resultados que os atletas nacionais têm alcançado em provas internacionais, obtendo Portugal, por exemplo, o 16.º lugar, no último Campeonato Mundial de Modalidades

De qualquer maneira, parece-nos nosso dever informar do que se passa na área do desporto para deficientes, mesmo fora de anos olímpicos, estando o preenchimento deste espaço dependente das notícias que nos forem enviadas pelas respectivas organizações.

Pré-Olímpicas, entre 90 países, e o 11.º, entre 96, nos Jogos Paraolímpicos Madrid/92, apraz-nos registar a intenção da ANDDEM de participar, em 1994, e representando a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes-FPDD, nos seguintes Campeonatos Mundiais: de Atletismo (Alemanha/43 elementos), de Basquetebol (Brasil/18 elem.), de Futebol (Holanda/27 elem.), de Natação (Islândia/21 elem.) e de Ténis de Mesa (Inglaterra/13 elem.), para além dos Jogos Internacionais Special Sport '94/Modalidades Adaptadas (Espanha/82 elem.), culminando, espera-se, tão brilhante actividade com a organização, em 1995, do Campeonato Mundial de Corta-Mato, talvez nas Açóteias ou em Lisboa.

Viaturas RENAULT

EM VIGOR A PARTIR DE 93-01-15

MODELO	PREÇO BASE	P.V.P.
3 PORTAS		
CLIO WIND	1 140 621\$00	1 661 403\$00
CLIO RN 1.2	1 298 245\$00	1 844 247\$00
CLIO RT 1.2	1 448 452\$00	2 018 487\$00
CLIO RT 1.4	1 528 601\$00	2 356 199\$00
CLIO S 1.4	1 474 187\$00	2 293 079\$00
CLIO BACCARA	2 075 306\$00	2 990 377\$00
5 PORTAS		
CLIO WIND	1 202 173\$00	1 732 803\$00
CLIO RN 1.2	1 360 632\$00	1 916 616\$00
CLIO RT 1.2	1 509 702\$00	2 089 537\$00
CLIO RT 1.4	1 588 946\$00	2 426 199\$00
CLIO RT 1.9 DIESEL	1 775 726\$00	3 718 788\$00
CLIO BACCARA	2 137 149\$00	3 062 115\$00
RENAULT 19 TRICOR 4 PORTAS		
R 19 RL 1.2	1 653 346\$00	2 261 645\$00
R 19 RN 1.2	1 727 802\$00	2 348 014\$00
R 19 RN 1.4	1 765 789\$00	2 636 818\$00
R 19 RT 1.4	1 983 187\$00	2 889 000\$00
R 19 RTI 1.4	2 132 218\$00	3 061 876\$00
R 19 RT 1.9 DIESEL T	2 120 972\$00	4 124 755\$00
RENAULT 19 BICOR 5 PORTAS		
R 19 RL 1.2	1 653 346\$00	2 261 645\$00
R 19 RN 1.2	1 727 802\$00	2 348 014\$00
R 19 RN 1.4	1 765 789\$00	2 636 818\$00
R 19 RT 1.4	1 983 187\$00	2 889 000\$00
R 19 RTI 1.4	2 132 218\$00	3 061 876\$00
R 19 RT 1.9 DIESEL T	2 120 972\$00	4 124 755\$00
VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA		
R 19 RN 1.4	1 928 989\$00	2 826 130\$00
R 19 RT 1.4	2 146 387\$00	3 078 311\$00
CLIO RT 1.4 5 P.	1 813 667\$00	2 686 875\$00
CLIO RT 1.4 3 P.	1 753 322\$00	2 616 875\$00
CLIO BACCARA 5 P.	2 300 349\$00	3 251 426\$00
CLIO BACCARA 3 P.	2 238 506\$00	3 179 688\$00

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas, mas apenas as opacas. Os valores da pintura metalizada variam entre os 22 452\$00 e os 32 219\$00.

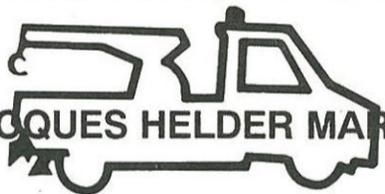
VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

DESCONTOS AOS SÓCIOS

Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51)

STAND: Telef. 859 00 58
Fax 859 16 90

Delegado de vendas: **Bernardes**



REBOQUES HELDER MARTINS

SERVIÇO PERMANENTE PARA TODO O PAÍS E ESTRANGEIRO

Telefones: 210 29 56 - 210 06 23

Telemóvel: 0676.34 21 85

COMPRA E VENDA

de carros sinistrados e peças usadas

Serviço permanente de reboques

Agregado ao Automóvel Clube

de Portugal

Central rádio

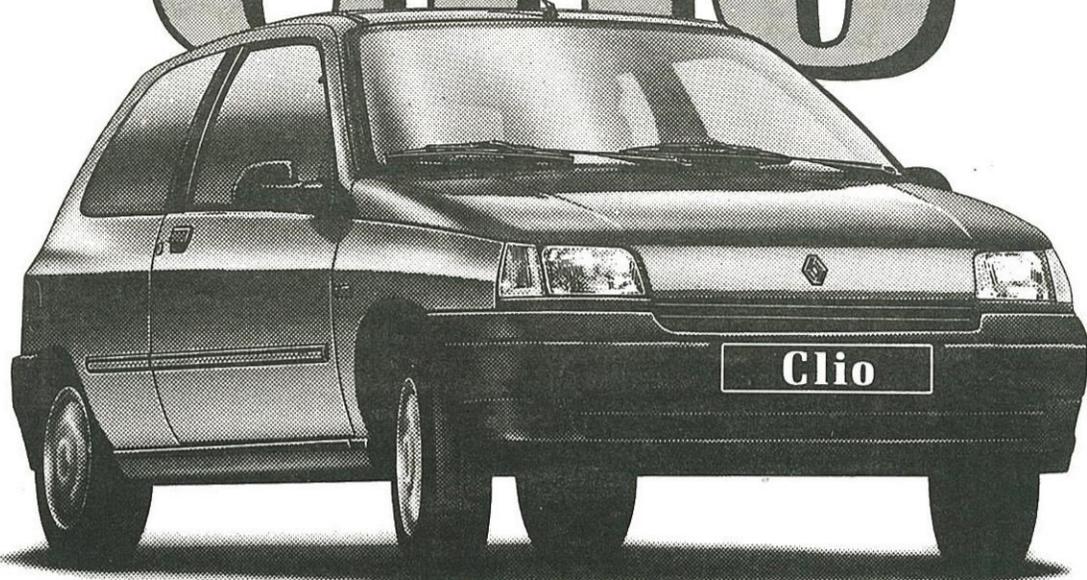
Parque estaleiro: Qt.ª Hélder Martins,

Estrada Nacional 10 — Coima

2830 BARREIRO



Clio



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA

Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA

Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA

Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

TROPAS PARA-QUEDISTAS PORTUGUESAS 1956-1993

de

Miguel António Gabriel da Silva Machado e António Eleutério Sucena do Carmo



Para entusiastas da temática militar, colecionadores, historiadores...

Pela primeira vez, em PORTUGAL, um livro totalmente dedicado às TROPAS PARA-QUEDISTAS

Mais de 170 fotografias coloridas e a preto e branco; 128 páginas em papel couché; 21x29,5 cm; quatro estampas artísticas com a evolução dos uniformes; 2.ª edição revista e corrigida. 6000 exemplares.

Para a obtenção do seu exemplar contacte: Apartado n.º 607 3800 AVEIRO

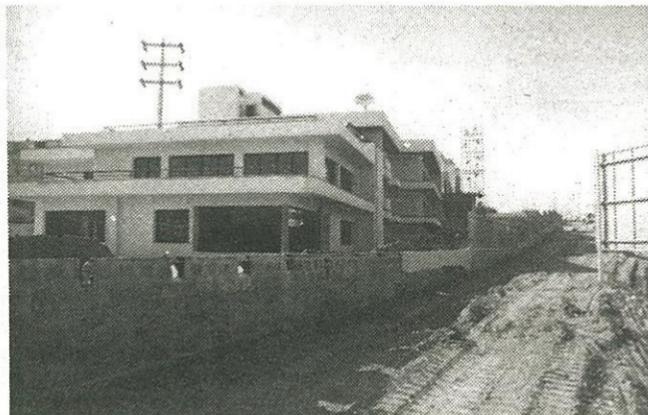
Prefácio
General do Exército KAULZA DE ARRIAGA

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

«A burocracia, em excesso de dificuldades e falsas responsabilidades, convida à ilegalidade e alimenta a corrupção!»

Não será uma frase, melhor, um conceito totalmente original, mas mesmo assim pensamos que um cartaz com um slogan deste género, começando com um «Não se esqueça que...», devia estar pendurado, bem à vista de alguns funcionários, em grande parte das repartições e serviços, e muito especialmente, em letras garrafais, frente às secretárias de uns tantos «chefes»...



Vem isto a propósito de ainda não nos ser possível dar a conhecer o Regulamento do concurso para angariação de fundos para a nova Sede, dado ainda algumas dificuldades a ultrapassar. Enfim, a transcendência destas coisas... Razão, se calhar, tinha o delegado do ELO quando defendeu, em reunião da Comissão, um sorteio interno, sem formalidades oficiais, como tantos outros que por aí se fazem, sendo a sua credibilidade a da própria instituição que o promove. E, nesse aspecto, a ADFa não tinha que se preocupar!

Em relação à nova Sede, as obras vão continuando, embora não sendo tão visíveis no interior como o são no exterior, onde avançam a bom ritmo os arruamentos e empedrados, conforme se pode observar nas fotografias que na última página se publicam.

Mas é no referente à nossa campanha que os resultados são ainda menos visíveis! De facto, parece que os associados adormeceram um pouco (bastante!) ao se aperceberem que a obra estava mesmo a avançar, como se qualquer árvore pudesse crescer sem ser regada. Sabe-se que a situação financeira da Associação é bastante estável, como, aliás, se pode ver pelos mapas de balanço precisamente nesta nossa edição publicados, mas há que pensar que quanto menos dinheiro houver que retirar dos fundos e rendimentos normais, mais acções de apoio aos sócios podem ser realizadas, bem como maiores investimentos se podem fazer na melhoria dos serviços prestados. E mobilar e equipar minimamente um edifício como o nosso, não custa dois tostões...

Transporte (FEV93) 11 632 673\$20

SÓCIOS		
N.º	NOME	QUANTIA
<i>(Sede)</i>		
1 390	António M. N. Nazaré	10 000\$00
837	José M. Sancho	10 000\$00
11 337	José A. C. P. Pena	10 000\$00
3 744	Agostinho C. Rijo	1 000\$00
3 162	Luís A. A. Pedrosa	5 000\$00
2 511	Inácio A. A. Nunes	9 000\$00
11 417	Alberto R. Santos	5 000\$00
12 730	Luís M. S. Correia	5 000\$00
12 408	Eduardo R. Rebelo	3 100\$00
6 700	Martinho Carlos	5 000\$00
2 209	José C. F. Casaleiro	4 000\$00
3 999	José S. F. Brito	1 500\$00
1 183	João A. F. Parreira	5 000\$00
8 429	Fernando M. C. Henriques	5 000\$00

<i>(Açores)</i>		
12 867	Silvino M. Andrade	10 000\$00
5 024	Jorge A. Cardoso	10 000\$00
5 025	José Paulino	10 000\$00
2 540	António J. Fontes	10 000\$00
6 493	Manuel C. Nunes	2 000\$00
5 030	António I. N. Fontes	10 000\$00
4 571	José H. Sousa	15 000\$00

<i>(Faro)</i>		
10 737	Reinaldo C. Machado	1 000\$00

<i>(Setúbal)</i>		
9 028	Rui M. S. Bizarro	2 000\$00
1 752	António M. Costa	2 000\$00
1 098	José D. Lobo	2 000\$00

<i>(V. N. Famalicão)</i>		
671	António J. S. Lopes	5 000\$00
1 810	Domingos F. Ribeiro	6 000\$00

<i>(Viseu)</i>		
5 234	Cândido A. G. Santos	1 000\$00
5 567	António F. Correia	5 000\$00
10 978	Manuel S. Figueiredo	5 000\$00

A transportar (MAR93) 11 807 273\$20

FERROMATIC - DRIVE - MATIC

ADAPTAÇÃO DE VIATURAS PARA DÉFICIENTES
- TRAVÃO MANUAL E EMBRAIAGEM MANUAL -
DRIVE - MATIC PARA AUTOMATIZAR EMBRAIAGEM

António Ferreira da Silva

LUGAR S. ROQUÉ - LOTE 17 - MERELIM S. PAIO
TELEF. (053) 621604 **** 4700 BRAGA

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

- Informações
- Inscrições para a formação profissional
dr.ª Manuela Bessa

- Consultas de Fisiatria
- Consultas de Psiquiatria
D. Helena Soeiro

Av. João Paulo II — Arcozelo Telef: 762 91 15 / 762 98 15/76 98 40
- 4405 Valadares/Gaia Fax: 7629065

Transportes Delegação do Porto — Centro

ADFA	Centro	ADFA
9.30	12.30	13.00
14.00	17.00	17.30

Dias de consulta no HMR 1:
- Ligação ADFA/Porto-HMR1-Centro-ADFA/Porto

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 375 504\$00
UNO 45 5P	1 159 699\$00	1 564 504\$00
UNO 60 3P	1 117 554\$00	1 577 504\$00
UNO 60 5P	1 183 071\$00	1 653 504\$00
UNO Diesel 3P	1 302 833\$00	1 941 504\$00
UNO Diesel 5P	1 434 729\$00	2 094 504\$00
TIPO 1.400 S	1 460 101\$00	2 218 649\$00
TIPO 1.700 D	1 606 044\$00	2 938 504\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 747 605\$00	2 552 154\$00
TEMPRA 1.4 (CARRINHA)	1 783 212\$00	2 593 504\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	P.BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 - 2P	1 582 674\$00	2 398 500\$00
GOLF CL 1.4 - 4P	1 623 121\$00	2 445 418\$00
GOLF GL 1.4 - 2P	1 865 236\$00	2 726 271\$00
GOLF GL 1.4 - 4P	1 904 282\$00	2 771 565\$00
VENTO CL 1.4	1 778 845\$00	2 626 058\$00
VENTO GL 1.4	2 078 622\$00	2 967 999\$00
PASSAT TD ARRIVA	2 842 031\$00	4 192 087\$00
PASSAT GL TD	3 384 016\$00	4 820 789\$00
PASSAT VAR TD ARRIVA	3 018 572\$00	4 396 874\$00
PASSAT VAR GL TD	3 499 242\$00	4 931 252\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.
Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.
Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ADFA — Delegação do Porto Apoio aos sócios

— Compra de viaturas de qualquer marca
— Aquisição de pneus com desconto

A Delegação tem ao dispor dos seus associados um serviço que os apoiará na compra de viatura própria, o qual se encontra à disposição de todos, independentemente de estarem, ou não, abrangidos por legislação específica de isenção de impostos.

Para obterem informações mais detalhadas, devem os interessados contactar:

- gabinete de apoio aos órgãos da Delegação (sócio Abel Fortuna), pelo telefone 02/82 04 03, ou
- o colaborador da Direcção, sócio Américo Meireles, que atende nos primeiros sábados de cada mês, ou pelos telefones 02/82 04 03 e 02/995 58 60.

RENAULT

AOS MILITARES E FUNC. DAS INST. MILITARES

VENDAS DE VIATURAS RENAULT DESCONTOS ESPECIAIS

Renault Portuguesa, S.A.

Contacto

Deleg. de Vendas — Bernardes
Stand: Telef. 859 00 58 — Fax 859 16 90
Resid.: Telef. 443 19 51 (depois das 19.00 h)

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL
Médico: sócio dr. Fernando Brito Terças e sextas-feiras, às 13 h.

PSIQUIATRIA
Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 h.

PSICOLOGIA CLÍNICA E ORIENTAÇÃO VOCACIONAIS
dr.ª Fátima Cruz Segundas e Quartas-feiras, 14/18 h.



342 62 47

**ADFA responde
à tua chamada**

CONTENCIOSO

ADVOGADO
dr. António Carreiro — 3.ªs e 5.ªs-feiras a partir das 14.00 h.
(Marcação prévia por telefone 01/3462167/8 ou pessoalmente)

Outros Serviços

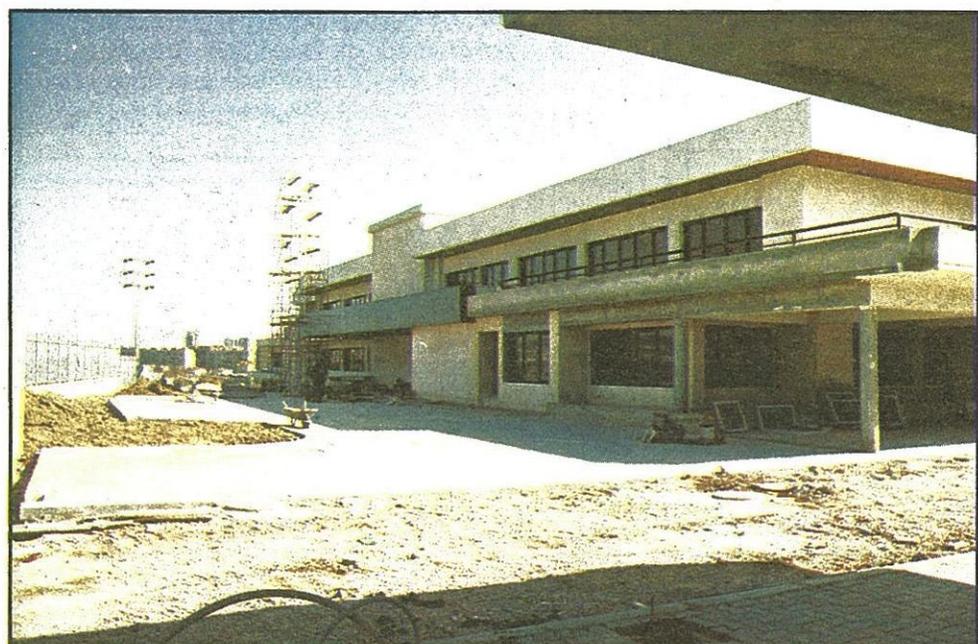
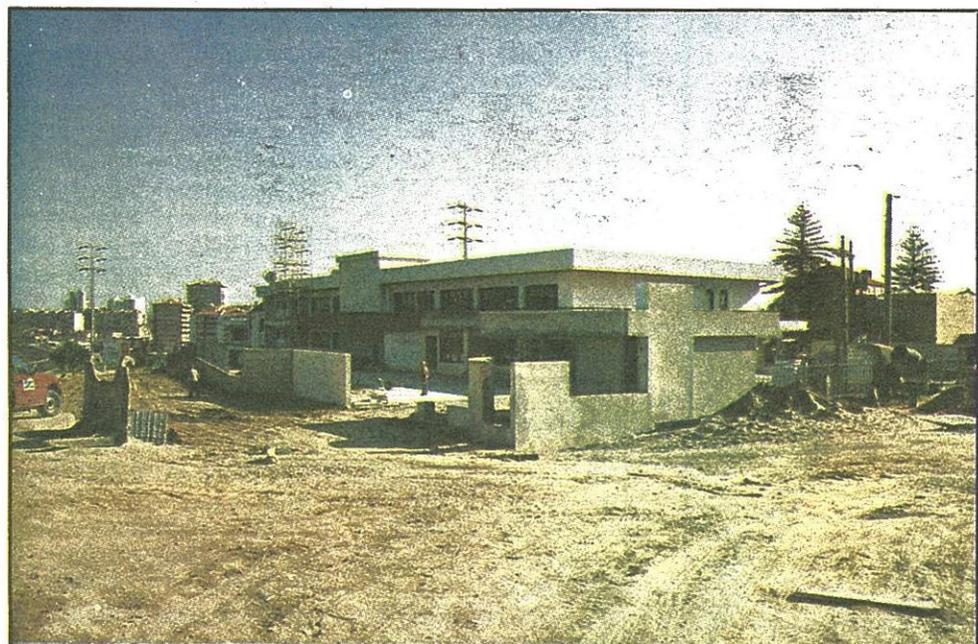
SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE
Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA
Segundas a sextas-feiras
10H00/14H00
15H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:
Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede
- As marcações são feitas do DFP, 1.º andar, Josefa, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 3462167/8.
- As consultas de psicologia e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 01/34626247.

NA MAIOR ENVOLVÊNCIA ASSOCIATIVA



A FORÇA DA NOSSA NOVA CASA